

Almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

2.^a série #25 Nov. 2022
anual

dossiê

GRANDES DESAFIOS DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

**A difusão da
“Matriz de Harris”
em Portugal**

**O naufrágio do vapor
Ville de Victoria (1886)**

**A formação pioneira na
Arqueologia portuguesa
(1968-1974)**

Preço: 10 €



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Vista aérea da zona central do sítio arqueológico dos Perdígões, Monumento Nacional situado no município de Reguengos de Monsaraz. A foto regista estrutura cerimonial composta por vários círculos de paliçadas e postes em madeira. O conjunto é sobreposto por uma grande estrutura pétrea e várias datações de radiocarbono situam-no entre 2800 a 2600 a.C.

Foto | © José Pedro Machado
(ERA Arqueologia SA)



2.ª Série, N.º 25, Novembro 2022

Proprietário e editor |

Centro de Arqueologia de Almada
Apartado 603 EC Pragal
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede do editor e da redacção |

Travessa Luís Teotónio Pereira,
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.caa.org.pt

Publicidade e Distribuição |

Centro de Arqueologia de Almada

Registo de imprensa | 108998

ISSN | 0871-066X

Depósito legal | 92457/95

Estatuto editorial |

www.almadan.publ.pt

Impressão | Jorge Fernandes Ld.ª

Rua Qt.ª do Conde de Mascarenhas, 9
2820-652 Charneca de Caparica

Tiragem | 300 exemplares

Periodicidade | Anual

Apoios | Câmara Municipal de Almada /

/ Associação dos Arqueólogos Portugueses /

/ Arqueohoje - Conservação e Restauro

do Património Monumental, Ld.ª /

/ Dryas - Octopétala, Ld.ª / Câmara

Municipal de Oeiras / Neoépica, Ld.ª

Há 40 anos (1982), quando preparávamos o número zero da 1.ª série da *Al-Madān*, e mesmo há 30 (1992), quando editávamos o n.º 1 da 2.ª série, não podíamos imaginar que este projecto editorial atravessaria as décadas seguintes, com naturais altos e baixos, para chegar a 2022 com um passado e um presente que honram quem a produz e edita e, hoje, não se confinam nestas páginas vertidas em papel. Desde 2005, a *Al-Madān Online* está presente na Internet (<https://lissuu.com/almadan>) e suplementa a revista impressa, nos últimos dez anos com periodicidade semestral, promovendo outros conteúdos de natureza arqueológica, patrimonial e de áreas de intervenção com estas relacionadas. No total, são 8983 páginas publicadas (impressas e digitais), que reúnem trabalhos de 999 colaboradores(as) nacionais e estrangeiros(as), muitos(as) deles(as) várias vezes repetentes.

É um trabalho persistente e consistente de promoção e de divulgação científica que tem permitido partilhar o pensamento e a acção de autores(as) e investigadores(as), dos(as) mais credenciados(as) e experientes aos(as) que iniciam agora o seu percurso profissional ou académico. No caso da *Al-Madān* impressa, esse esforço editorial estimulou também a abordagem coordenada e mais aprofundada das matérias a que se dedicaram os seus dossiês centrais, muitos deles ainda fontes de referência para as temáticas tratadas.

Sendo vários desses dossiês balanços retrospectivos da realidade portuguesa, procurámos neste volume, simbólico pela data “redonda” que assinala, olhar mais para o futuro do que para o passado. Um conjunto de autores(as) muito qualificado e diversificado aceitou o desafio para um ensaio prospectivo dedicado ao que, sob diferentes perspectivas e em domínios distintos, podem e devem configurar os Grandes Desafios da Arqueologia Portuguesa, no sentido lato da sua componente científica, profissional e formativa, mas também do enquadramento legislativo, da interacção com outras áreas de saber e, ainda, da preservação e sociabilização dos bens arqueológicos imóveis e móveis.

Para lá desse dossiê, entre outras matérias que reputo de relevantes, permitam-me que destaque artigo que historia a introdução das análises estratigráficas e, em particular, da “matriz de Harris” na arqueologia de campo realizada no nosso país, até porque a *Al-Madān* teve um papel pioneiro e fundamental na apresentação e difusão desta metodologia, hoje generalizada. Enfim, das crónicas aos artigos, estudos e notícias, encontrar-se-ão certamente motivos de leitura nas páginas seguintes.

Votos de que o possam fazer com prazer, de boa saúde e em segurança.

Jorge Raposo, 11 de Outubro de 2022

Director | Jorge Raposo
(director.almadan@gmail.com)

Conselho científico | Amílcar Guerra,
António Nabais, Luís Raposo, Carlos
Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

Redacção | Centro de Arqueologia de
Almada (sede)

Resumos | Autores e Jorge Raposo
(português), Luísa Pinho (inglês) e
Maria Isabel dos Santos (francês)

**Modelo gráfico, tratamento de imagem
e paginação electrónica |** Jorge Raposo

Revisão | Autores e CAA: Fernanda
Lourenço, Vanessa Dias e Rui Botas

Colunistas | Amílcar Guerra, António
Manuel S. P. Silva, Carlos Marques da
Silva e Victor Mestre

Colaboram neste número | Maria José
de Almeida, Miguel Almeida, Gonçalo
de Carvalho Amaro, ArqueoHoje Ld.ª,
José Arnaud, Pedro Barros, Luísa Batalha,
Mária Teresa Blázquez, Jacinta Bugalhão,
Luís Câmara, João Luís Cardoso,
Tânia Manuel Casimiro, Vanessa Dias,
Mariana Diniz, José Domingos, Ana
Duarte, Gisela Encarnação, Carlos
Fabião, Jorge Feio, Lídia Fernandes,
Cristóvão Fonseca, Andreia Graça,
Carolina Grilo, Amílcar Guerra, Gonçalo
C. Lopes, Melissa Machado, Andrea

Martins, Victor Mestre, Paulo Oliveira
Ramos, Jorge Raposo, Luís Raposo,
Salette Simões Salvado, Maria de Jesus
Sanches, Cézer Santos, Joel Santos,
Alexandre Sarrazola, António Manuel
Silva, Carlos Marques da Silva, Rodrigo
Banha da Silva, Cândida Simplício,
João Luís Sequeira, Joana Castro
Teixeira, João Pedro Tereso, António
Carlos Valera e Vasco Noronha Vieira

Os conteúdos editoriais da *Al-Madān Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

EDITORIAL...3 ▶

CURTAS...6 ▶

CRÓNICAS DE...

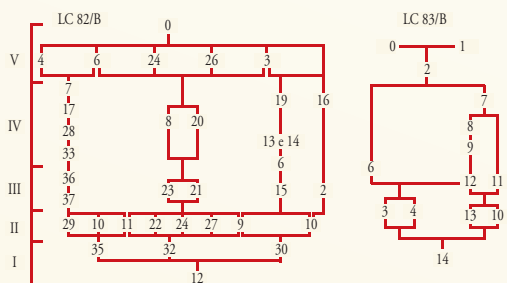
PALEONTOLOGIA | Carlos Marques da Silva... 8 ▶

ARQUEOLOGIA CLÁSSICA | Amílcar Guerra... 12 ▶

ARQUEOLOGIA PORTUGUESA | António Manuel S. P. Silva... 16 ▶

PATRIMÓNIO | Victor Mestre... 19 ▶

ARQUEOLOGIA



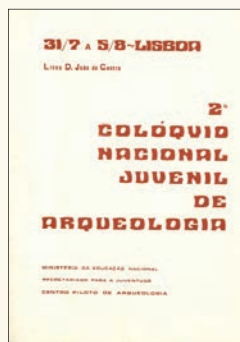
A Síntese de Estratigrafias Arqueológicas em Diagrama (a chamada “matriz de Harris”) e a Sua Difusão em Portugal | Carlos Fabião... 23 ▶

A Torre Velha a Par de São Crispim (Rua de São Mamede, n.º 18, Lisboa) |

Carolina Grilo e Lídia Fernandes... 41 ▶



O Vapor *Ville de Victoria* (1886): trabalhos arqueológicos para um programa de monitorização | Cândida Simplício, Alexandre Sarrazola e Luís Câmara... 55 ▶



HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

Do Centro Nacional Juvenil de Arqueologia da Mocidade Portuguesa ao Centro Piloto de Arqueologia do Secretariado para a Juventude do Ministério da Educação Nacional: um percurso pioneiro na formação de jovens (1968-1974) | João Luís Cardoso e Salette Simões Salvado... 146 ▶

Estruturas Portuárias na Azinheira, Seixal: um caso de articulação entre municípios e o CNANS | Cristóvão Fonseca, Cézer Santos, Pedro Barros e Gonçalo C. Lopes... 63 ▶



Arte e Trabalho: modesto contributo | Paulo Oliveira Ramos... 157 ▶



O Quotidiano nos Séculos XIX e XX: a Casa Eloy na dinâmica habitacional de Setúbal | Andreia Graça... 70 ▶

ESTUDOS

Uma Vida de Armas: evidências militares em metal dos séculos XVIII-XIX na Rua de São Lázaro, Lisboa | Vasco Noronha Vieira... 77 ▶



PATRIMÓNIO

GRANDES DESAFIOS DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

61 páginas... 85-145 ▶

Conjunto de textos que ensaia um olhar prospectivo sobre os objectivos de curto e médio prazo que podem e devem ser definidos para a Arqueologia e o Património arqueológico em Portugal. Numa abordagem holística que parte do “estado da arte” e da conjuntura que o gerou, são equacionadas estratégias para um melhor desempenho nos planos científico, metodológico, profissional e de interacção multidisciplinar, tendo por fim último a partilha social do conhecimento gerado em sectores cada vez mais amplos da sociedade portuguesa.

Enquadramento Legislativo e Estrutura do Estado na Gestão da Arqueologia Portuguesa | Jacinta Bugalhão... 86 ▶

Conservação pelo Registo: qual registo? | Maria José de Almeida... 94 ▶

Arqueologia, Museus e Sociedade do Espectáculo: desafios para o futuro | Luís Raposo... 99 ▶

A Arqueologia Continua... | Gonçalo de Carvalho Amaro... 110 ▶

O Futuro do Olhar Sobre o Passado: o caso da Arqueologia da Pré-História em Portugal | António Carlos Valera... 117 ▶

A Arqueologia Romana e Tardo-Antiga em Portugal: o que esperar nos anos 20? | Rodrigo Banha da Silva... 125 ▶

Vitaminas ou Cianeto: que solução para uma Arqueologia de empresas? | Miguel Almeida... 130 ▶

A Terceira Revolução Científica em Portugal: perspectivas para uma Arqueologia mais interdisciplinar e consequente | João Pedro Tereso... 138 ▶

NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

Mértola no Período Moderno: primeira abordagem através de um pequeno conjunto de faiança | Luísa Batalha e Jorge Feio... 157 ▶

Povoamento em Época Romana na Amadora: síntese de quatro anos de investigação | Gisela Encarnação e Vanessa Dias... 168 ▶

Entre o Ser e o Nada: que futuro para a arte esquemática de Passos / Santa Comba? | Miguel Almeida, Maria de Jesus Sanches e Joana Castro Teixeira... 171 ▶

Memórias em Cimento: identidade individual e colectiva num caso de Arqueologia contemporânea | João Luís Sequeira, Joel Santos e Tânia Manuel Casimiro... 174 ▶

Associação dos Arqueólogos Portugueses: actividades de 2021 | José Arnaud, Luís Raposo, Andrea Martins, José Domingos e Mariana Diniz... 177 ▶

Actividades do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras / Câmara Municipal de Oeiras Desenvolvidas em 2021 | João Luís Cardoso... 181 ▶

A Importância da Conservação Preventiva no Contexto Arqueológico: caso prático de peças medievais em ferro forjado do Museu Municipal de Palmela | María Teresa Blázquez e Melissa Machado... 185 ▶

ArqueoHoje: 27 anos em crescimento | ArqueoHoje, Ld.ª... 188 ▶

NOVIDADES EDITORIAIS... 191 ▶

AGENDA DE EVENTOS... 193 ▶

RECORTES DE IMPRENSA... 194 ▶

RESUMO

O registo estratigráfico de um sítio arqueológico com recurso à chamada “Matriz de Harris” foi pela primeira vez ensaiado em Portugal em 1982 na escavação do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil, por iniciativa de Amílcar Guerra, baseado na sua experiência em Itália com a equipa de Andrea Carandini. Faz-se um breve historial sobre a valorização da estratigrafia na leitura dos sítios arqueológicos em Portugal, desde os meados do século XIX, e apresenta-se uma igualmente breve resenha dos trabalhos desenvolvidos na Lomba do Canho, Arganil, desde os finais dos anos 50 do século XX até à introdução da nova estratégia de escavação, valorizando a Unidade Estratigráfica como elemento base do registo.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Metodologia; Estratigrafia; História da Arqueologia portuguesa.

ABSTRACT

The use of the so-called “Harris Matrix” to express the synthesis of archaeological stratigraphical sequences was used for the first time in Portugal in 1982 at Lomba do Canho Roman camp, Arganil, by Amílcar Guerra’s proposal, based on his own work experience with Andrea Carandini. This essay presents a short history of the uses of stratigraphy as a tool to study archaeological sites in Portugal from the late 19th century on. The author also refers to the excavation strategies used at Lomba do Canho, Arganil, from the late 1950s until the introduction of the new strategy using Stratigraphic Units as a base element of archaeological record.

KEY WORDS: Archaeology; Methodology; Stratigraphy; History of Portuguese Archaeology.

RÉSUMÉ

L’enregistrement stratigraphique d’un site archéologique par le biais de la matrice de Harris a été essayé pour la première fois au Portugal en 1982 lors de la fouille du campement militaire romain de la Lomba do Canho, Arganil, à l’initiative d’Amílcar Guerra s’appuyant sur son expérience en Italie avec l’équipe d’Andrea Carandini. On dresse un bref historique sur la valorisation de la stratigraphie dans la lecture des sites archéologiques au Portugal, depuis la moitié du XIXème siècle, et l’on présente un aussi bref aperçu des travaux développés dans la Lomba do Canho, Arganil, de la fin des années 1950 à l’introduction de la nouvelle stratégie de fouilles, mettant en valeur l’Unité Stratigraphique comme élément de base de l’enregistrement.

MOTS CLÉS: Archéologie; Méthodologie; Stratigraphie; Histoire de l’Archéologie portugaise.

A Síntese de Estratigrafias Arqueológicas em Diagrama (a chamada “matriz de Harris”) e a Sua Difusão em Portugal

Carlos Fabião ¹

Dedicado a Amílcar Guerra (o introdutor e divulgador da “matriz de Harris” entre nós) por estes primeiros 44 anos de frutuosa colaboração

Há uns anos atrás, alguém no Porto me disse que o Projecto de Mesas do Castelinho, Almodôvar, iniciado em 1989, tinha sido pioneiro em Portugal na utilização da chamada “matriz de Harris”, na notação da síntese das sequências estratigráficas. Esclareci que não era verdade. Embora a notação da estratigrafia de Mesas do Castelinho tenha utilizado desde o início este método de registo, o mesmo tinha já um largo historial de utilização nos trabalhos que realizávamos, nomeadamente, na Lomba do Canho, Arganil, o primeiro sítio onde o fizemos, e no Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia, em conjunto com João Carlos Senna-Martinez, ambos casos devidamente divulgados e publicados (NUNES, 1985; GUERRA e FABIÃO, 1988; NUNES, FABIÃO e GUERRA, 1988; SENNA-MARTINEZ, GUERRA e FABIÃO, 1986; GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989).

Foi Amílcar Guerra quem trouxe este método de registo para Portugal, por assim dizer, associado às diferentes estratégias de abordagem das realidades arqueológicas a que o mesmo anda associado, a partir da sua experiência na escavação da *villa* de Settefinestre, Itália, em 1982 (CARANDINI, 1985).

Chegado da sua experiência com a equipa de Andrea Carandini, que incluía um *workshop* sobre estratégias, métodos de trabalho e registo de campo, Amílcar Guerra propôs-se ensaiar as novidades adquiridas na campanha de escavações que então se desenhava para o estabelecimento militar romano da Lomba do Canho, em Arganil.

¹ UNIAHQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (cfabiao@campus.ul.pt).

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Por me considerar testemunha privilegiada para contar esta história, aqui a deixo, para memória futura, não sem antes fazer uma breve abordagem ao tema do registo da estratigrafia arqueológica nas intervenções de campo, em Portugal.

Parece-me natural fazê-lo nas páginas de *Al-Madan*, uma vez que foi nesta mesma revista, na sua primeira série, que Amílcar Guerra por duas vezes escreveu sobre a “matriz de Harris”. Terão sido os primeiros textos em língua portuguesa a expor este método de registo (GUERRA, 1982 e 1984). Em jeito de efeméride, celebra também o presente texto os quarenta anos da primeira utilização de um registo com recurso à “matriz de Harris” numa escavação arqueológica em Portugal.

1. O MÉTODO ESTRATIGRÁFICO APLICADO À ARQUEOLOGIA E SUA EXPRESSÃO EM PORTUGAL

É relativamente habitual encontrar referências a uma certa indisciplina ou mesmo displicência de registo estratigráfico na arqueologia praticada em Portugal, o que é genericamente verdade, embora não seja muito diferente do sucedido em outros países, usualmente tidos como mais avançados ou mais sofisticados nas práticas arqueológicas. O tema é complexo e o seu comentário merece ponderação.

Nesta abordagem, não tratarei dos trabalhos realizados nos areais de Tróia, Grândola, pela *Sociedade Archeologica Lusitana*, de 1850 a 1856, por se tratar de mero desaterro das ruínas, nada que se assemelhe a escavações arqueológicas, como hoje as entendemos; menos ainda me ocuparei de outras iniciativas anteriores, pelas mesmas razões. Interessa considerar somente o que se relaciona com intervenções realizadas já com a plena noção de uma sucessão / acumulação de depósitos sedimentares, que constituem sequências estratigráficas.

Não perco de vista também que há uma notória diferença entre considerar as sequências estratigráficas e registar a presença de materiais arqueológicos associados a cada unidade com o hábito de representar graficamente esse registo. Nem sempre nas publicações encontramos imagens de cortes ou sequências estratigráficas, sem que tal signifique que quem realizou a intervenção não tivesse na devida conta estas realidades ou não usasse a estratigrafia para definir diferentes fases de utilização de um sítio arqueológico e suas cronologias (mesmo que em sentido lato).

1.1. OS PIONEIROS

Em primeiro lugar, deve dizer-se que o método estratigráfico, importado directamente da Geologia, esteve bem presente nas preocupações de vários pioneiros da Arqueologia portuguesa, embora nem sempre fosse devidamente sublinhado, menos ainda objecto de expressão gráfica. Esta distinção parece-me importante, em benefício destes esforçados pioneiros.

Somente a título de exemplo, registre-se a notação estratigráfica de Nery Delgado na Gruta da Furninha, Peniche, com algumas representações esquemáticas da sequência dos “depósitos” (DELGADO, 1884) (Fig. 1), e outros casos notórios, publicados no volume de *Compte-rendu* da Nona Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, realizada em Lisboa em 1880, designadamente no estudo do vale do Douro, de Pereira CABRAL (1884: Pl. I), onde a descrição estratigráfica é acompanhada de registos gráficos ao jeito do que então se fazia na Geologia (Fig. 2). Note-se, contudo, que não seria essa a norma, já que em publicação anterior, dedicada às grutas do planalto da Cesareda, Nery Delgado descreveu os “depósitos” do interior das grutas, mas não apresentou qualquer registo gráfico dos mesmos (DELGADO, 1867); tal como Carlos Ribeiro observou e comentou os depósitos de desigual extensão e espessura que identificou nos *kjoekkenmoeddings* do vale do Tejo, sem apresentar nenhum desenho dessa sequência (RIBEIRO, 1884: 282), que, no entanto, fora já exposta no estudo de Pereira da Costa sobre os restos humanos do concheiro do Cabeço da Arruda, Muge, onde a representação gráfica acompanha a descrição dos diferentes “depósitos”, não faltando mesmo a criteriosa observação e interpretação sobre as deposições que teriam originado as acumulações detriticas, em expressiva imagem ilustrativa do processo de formação do sítio arqueológico (COSTA, 1865: 6-8) (Fig. 3).

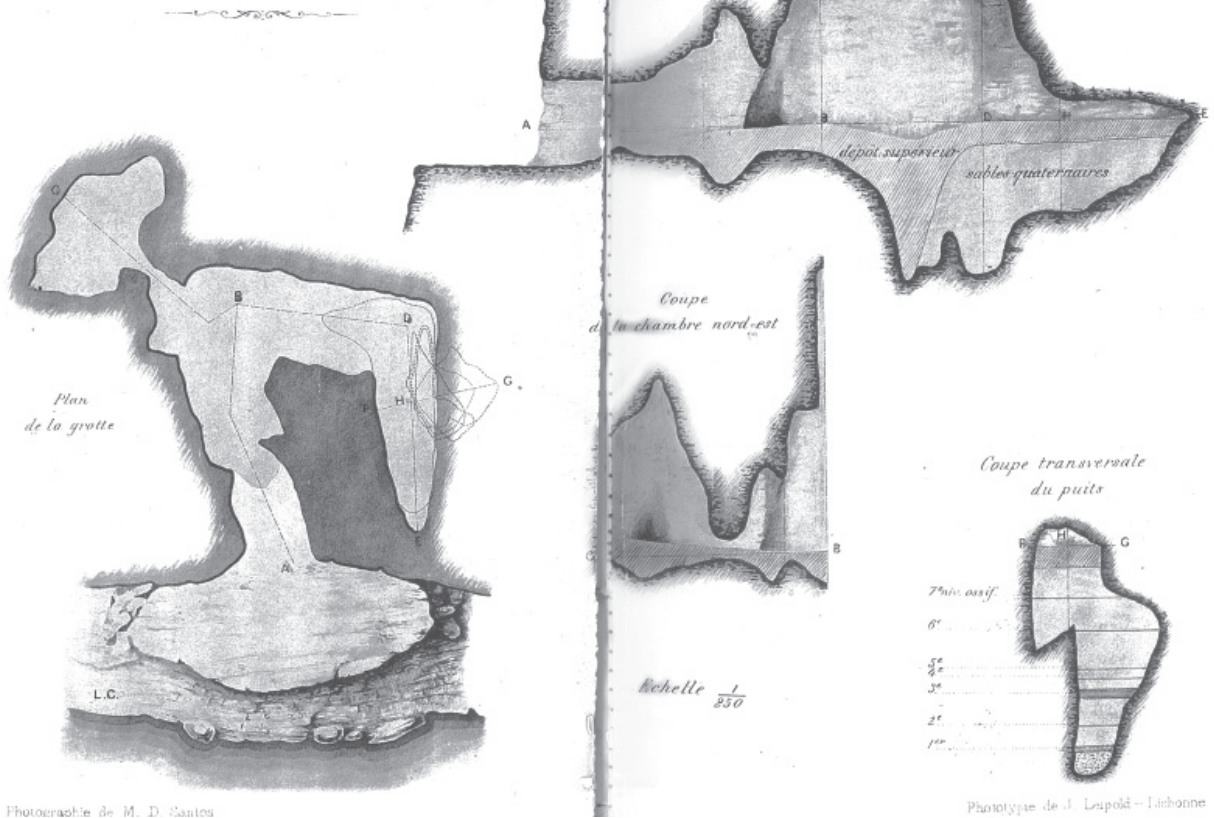
A valorização dos diferentes “depósitos” e a sua sequência resulta de serem estes autores os típicos *naturalistas* de oitocentos, que ensaiavam abordagens de amplo espectro, onde cabiam os domínios que hoje distinguimos como Geologia, Paleontologia e Arqueologia. A primeira, com o seu método de registo e notação estratigráfica, integrando a informação das restantes, arqueofaunas e floras, antropologia, artefactos, devidamente referenciados aos estratos onde eram encontrados / recolhidos. Era a estratigrafia geológica, integrando a informação relativa a artefactos e outras criações humanas, não era ainda, em termos concretos, a estratigrafia arqueológica como hoje a entendemos. Contudo, estes trabalhos revelam claramente o interesse por entender o processo de formação dos sítios arqueológicos.

Faltaria também o desenho de campo, frequentemente reduzido a representações esquemáticas, por se não ter ainda desenvolvido essa prática e especialização. Em defesa dos ilustres pioneiros, deve sublinhar-se que, no rigor com que muitas vezes se avaliam os seus trabalhos, se confunde falta de meios ou distintas estratégias de representação, com falta de rigor ou desatenção. O caso dos trabalhos desenvolvidos pelos pioneiros da Arqueologia Pré-Histórica da Comissão Geológica do Reino é particularmente expressivo, uma vez que os magníficos desenhos de artefactos, restos humanos e arqueozoológicos contrastam com os sumários e esquemáticos registos de campo, frequentemente ausentes nas publicações. O desenho era uma prática desenvolvida em gabinete, não saía ainda para o terreno.

O procedimento habitual, que percebemos no material publicado, consistia na realização de extensas valas e observação da sequência de

PENICHE

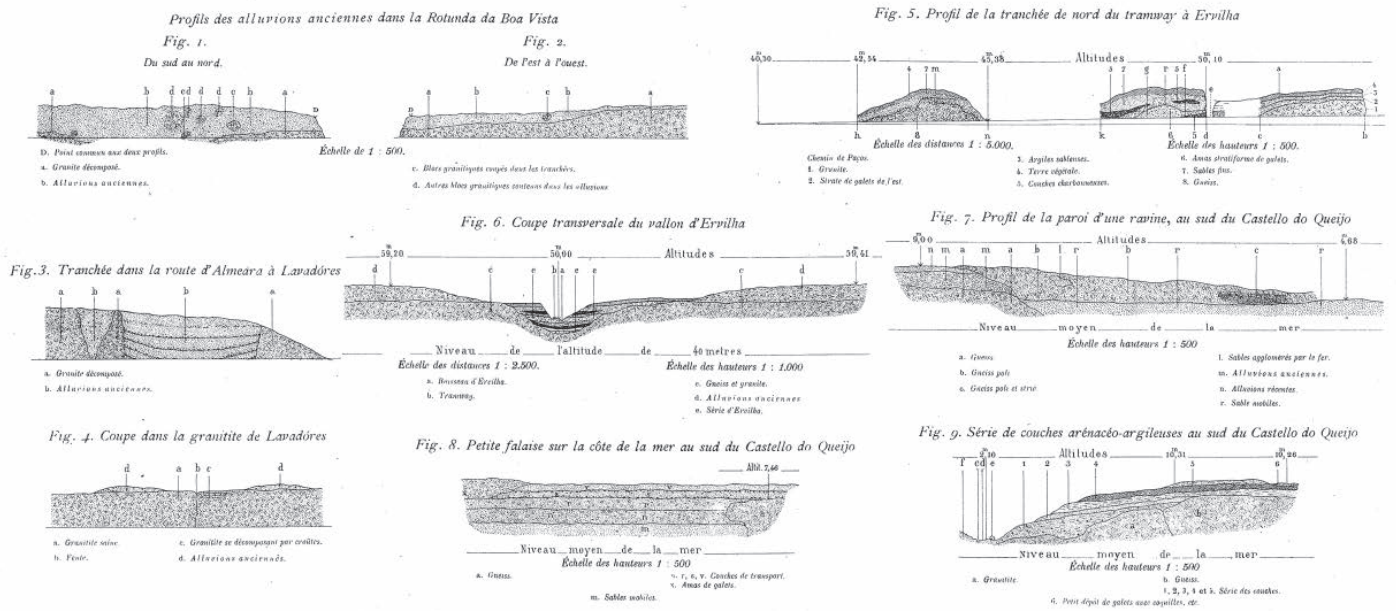
FURNINHA DA DESCIDA DO MAR



FIGS. 1 e 2 – Em cima, representação esquemática dos depósitos do interior da gruta da Furninha, Peniche (segundo DELGADO, 1884).
Em baixo, cortes de terrenos no baixo Douro, onde se evidencia a influência da representação gráfica da estratigrafia geológica (segundo CABRAL, 1884).

FRED. DE VASCONCELLOS

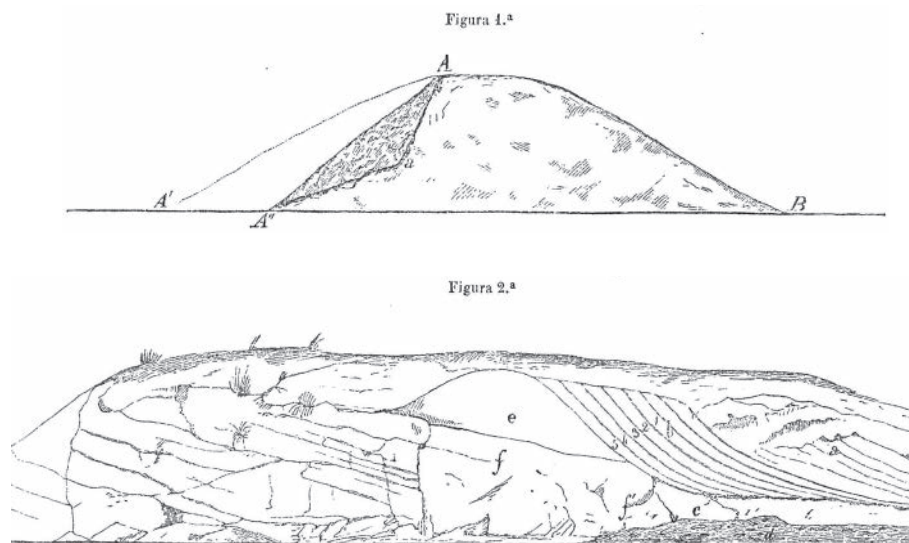
Pl. I.



Kodest Lith.

Lith. Calpés de Tiptic 39

FIG. 3 – Representação de um corte no *kjoekkenmoedding* do Cabeço da Arruda (Muge), com interpretação do processo de formação / constituição do sítio (segundo COSTA, 1865).



depósitos (estratigrafia), um procedimento que resultava justamente da directa importação do método da Geologia. Não se percebia então (ainda) que a estratigrafia arqueológica constituía uma realidade distinta, por ter a acção humana como um dos principais agentes. Contudo, entende-se que essa acção tivesse distintos impactes, pela natureza das realidades estudadas: pouco notória na observação de grutas, praias e terraços fluviais; mais relevante no processo de constituição dos concheiros ou na edificação dos sepulcros megalíticos. Em qualquer dos casos, sem a complexidade decorrente das distintas etapas de construção / remodelação / reconstrução que se verificam em lugares de *habitat* permanente e contínuo.

Em outros contextos e para outras épocas, os casos são igualmente significativos. F. Martins Sarmento teria em devida conta as variações estratigráficas, ainda que sem as documentar graficamente. Encontramos anotações expressivas nos seus trabalhos, por exemplo, na indagação da antiguidade do Castro de Sabroso que valorizava relativamente à Citânia de Briteiros, por ali encontrar artefactos pré-históricos sem registar vestígios da presença romana, dado relevante, nesse estudo em que buscava os lusitanos, tidos por antepassados directos dos portugueses, onde claramente enuncia os princípios gerais da comprovação estratigráfica como método. Escreveu, referindo-se aos artefactos pré-históricos: “Queremos dizer com isto que Sabroso [...] pode remontar ao período neolítico? [...] o exame mais proficuo, do jazigo de tais objectos, não deu a mínima indicação. Uma faca de sílex encontrava-se no pavimento de uma casa circular, e a pouca altura do solo [sic]; um machado de xisto à beira do alicerce exterior da muralha”. Prossequindo a enumeração, remata: “admitindo, por hipótese, que Sabroso visse passar os três períodos, da pedra, do bronze e ferro, estes três períodos estavam de tal sorte baralhados, que era absolutamente impossível destrinçá-los: nenhuma camada a que pudesse dar-se o nome de cronológica” (SARMENTO, 1933 [1879]: 26). Creio que a longa citação se justifica, pois expressa claramente a intenção de obter uma confirmação estratigráfica para a sua ideia, que desejava

baseada na identificação de uma “camada” contendo uma associação de artefactos que permitisse a sua inequívoca datação. Infelizmente, lamenta que tudo estivesse “baralhado”. Hoje, consideraríamos como material residual aquilo que Sarmento identifica e descreve.

Sarmento deveria reconhecer as suas próprias limitações e fraca experiência em lidar com realidades estratigráficas, razão pela qual insistentemente convidou Carlos Ribeiro, Pereira da Costa e Nery Delgado para que viessem a Briteiros, para com eles debater *in loco* as suas observações. Por razões conhecidas, somente este último pôde corresponder ao convite para participar naquela que costuma ser designada como a primeira reunião científica de arqueólogos portugueses, no Paço de Briteiros, em 1877 (LEMONS, 1985).

Parece evidente a consciência, difusa que fosse, de que nem todos estariam habilitados a lidar com questões estratigráficas em determinados contextos. Poderia ser essa a razão pela qual a autorização e patrocínio recebidos por Estácio da Veiga para o levantamento da Carta Arqueológica do Algarve não admitisse intervenção em grutas e algares, como amargamente lamentou o algarvio (VEIGA, 1886: 53-54). Na altura, seria considerada a intervenção em gruta mais complexa do que a realizada em terreno livre, não se lhe reconhecendo capacidade para o fazer? Ou mais dispendiosa e por isso pouco recomendável? Ou ainda o eco dos conflitos entre os naturalistas portugueses que levaram à cisão da primeira Comissão Geológica, já que Veiga elogia rasgadamente o “seu Mestre” Pereira da Costa? Provavelmente, nunca o saberemos. Sem ter a formação de base naturalista, mas com estreito contacto com Martins Sarmento, José Leite de Vasconcellos foi igualmente um atento observador das estratigrafias arqueológicas, bem como de outros detalhes de campo, ainda que sem lhes conferir uma expressão gráfica “realista”, quedando-se somente por meras representações esquemáticas, quando as realizava. Os excelentes desenhadores que o Museu que fundou teve ao longo do tempo estavam ali para desenhar artefactos, não propriamente no campo, acompanhando as escavações. Parece

sugestivo o comentário contido numa carta que Francisco Tavares Proença Júnior, o jovem albicastrense amador de antiguidades, escreveu ao fundador do Museu Ethnológico: “[...] *tencionava continuar as escavações e fazer, como V. Ex^a aconselha, uns cortes até ao chão natural, observando as camadas e os entulhos*” (citação comentada em FABIÃO, 2004: 17-18). Tavares Proença publicou mesmo um corte realista da sua escavação da anta da Urgueira, a primeira representação gráfica da estratigrafia de um monumento megalítico, abrangendo mamoa e câmara (FABIÃO, 2004: 16 e fig. 5). Uma vez mais, o facto de ser exemplo raro, não significa que Vasconcellos ou outros não estivessem atentos às sequências estratigráficas observáveis. Leite de Vasconcellos não recomendaria a outrem algo diferente do que ele mesmo faria.

Por essa época, Santos Rocha realizava as suas escavações nos sítios da Idade do Ferro da Figueira da Foz, isolando em plano (uma planta síntese, como hoje diríamos) as distintas fases de construção e ocupação do povoado de Santa Olaia ou, como escreveu, os diferentes povoados (ROCHA, 1971 [1908]: est. 1). No tratamento da informação e na apresentação dos distintos artefactos, não deixou nunca de os associar a estes diferentes povoados, identificados em sobreposição no outeiro de Santa Olaia. Já no caso do Crasto de Tavadre, onde aparentemente existiriam sobretudo estruturas perecíveis, o figueirense sentiu maiores dificuldades, registando somente uma espessa camada “*depósito negro*”, que em alguns pontos atingia 1,5 metros de potência (ROCHA, 1971 [1908]: 102-103). Poderemos admitir que a área escavada constituía uma lixeira, porque diz tratar-se de “*uma espécie de vasa de lodo negro, gorduroso, empastado, carregado de rebotalhos e detritos de toda a espécie*” (IDEM: *ibidem*), mas dificilmente constituiria uma única unidade estratigráfica, pela natureza e cronologias dos materiais recolhidos.

Assim, creio que se pode afirmar que a Arqueologia praticada em Portugal pela mão de alguns dos seus melhores intérpretes, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, era efectivamente estratigráfica, na medida em que as preocupações em identificar distintas camadas e relações entre elas estão presentes por norma, cruzando essa informação com o registo dos artefactos encontrados em cada uma delas. São escassas as representações gráficas destas realidades e relações, não havendo também o hábito de grandes detalhes nas descrições das distintas “camadas” ou “depósitos” identificados, mas de modo algum se pode supor que as escavações procediam por mero desaterro. O que parece claro é que existia uma indefinição entre estratigrafia propriamente dita (como hoje a entendemos) e faseamento de ocupações / utilizações, uma indistinção que perdurou quase até aos nossos dias. Os distintos povoados que Santos Rocha identificou em Santa Olaia são, na realidade, distintas fases de construção / ocupação / abandono; por certo, estariam cada uma delas pontuadas por diversas unidades estratigráficas.

Mas esta questão prende-se directamente com a consideração das estratigrafias como os mais adequados métodos para inquirir os processos de formação dos sítios arqueológicos, algo que nem sempre estava presente

nas preocupações dos arqueólogos que estudavam épocas mais recentes, focados na identificação das “culturas arqueológicas” através dos artefactos contidos nos distintos estratos observados em um dado sítio.

1.2. AO LONGO DO SÉCULO XX ALGO SE PERDEU?

Para lá destas iniciativas dos pioneiros da Arqueologia portuguesa, que genericamente abrangem o último terço do século XIX e os primeiros decénios do XX, ao longo deste último século alguma acuidade de observação e registo parece ter-se perdido.

Provavelmente, o tipo de sítios por norma intervencionados suscitaria menor atenção a questões estratigráficas. Um predomínio na escavação de monumentos megalíticos ou de apresentação de conjuntos de artefactos paleolíticos recolhidos à superfície de praias e terraços fluviais, e a ausência de intervenções em sítios de *habitat* permanente, poderá justificar essa menor atenção. Que as estratégias de abordagem de campo e as respectivas notações estratigráficas estariam em franco declínio é percebido por alguns. Sirva de exemplo o trabalho apresentado por Eduardo da Cunha Serrão e Eduardo Prescott Vicente no *I Congresso Nacional de Arqueologia*, em 1958, dedicado aos métodos utilizados nas escavações do povoado pré-histórico da Parede, em Olelas e em Sesimbra, tando no castelo como em algumas grutas da região (SERRÃO e VICENTE, 1959). Encontramos ali o que julgo ser a primeira expressão da aplicação em Portugal do chamado “*grid method*” de Mortimer Wheeler, então, recentemente divulgado (WHEELER, 1954).

Neste trabalho, encontramos expostos os métodos de abordagens dos diferentes sítios arqueológicos, com clara descrição da utilização do método de escavação por quadrados, com manutenção de testemunhos entre eles, definido por Wheeler (Fig. 4). Na comunicação, apresenta-se significativo registo gráfico, que combina o desenho de cortes e planos com a respectiva interpretação. É de resto muito significativa a lista de referências bibliográficas, Wheeler, Kenyon ou Leroi-Gourhan, não somente citados, mas claramente lidos e apreendidos pelos autores, que cuidaram de aplicar os ensinamentos adquiridos.

Neste mesmo Congresso, terá sido apresentada por João de Castro Nunes a escavação da anta dos Moinhos de Vento, Arganil, com detalhada exposição do método utilizado. Contudo, o trabalho não figurou no I Volume de *Actas* e terá sido retirado pelo autor, devido aos atrasos verificados na publicação do II Volume, que saiu somente em 1970, nas vésperas do II Congresso Nacional de Arqueologia, que se realizou em Coimbra. O trabalho de Castro Nunes foi publicado em volume autónomo, em Sá da Bandeira, Angola, em 1974, obtendo por isso escassa visibilidade, embora seja justamente recordado como “*um dos raros trabalhos portugueses em que é desenvolvidamente focada a metodologia usada na escavação de um túmulo megalítico*” (JORGE, 1978: 248). O volume de *Actas* do Congresso é igualmente elucidativo, pois nele encontramos dois outros trabalhos que ajudam a compor o panorama dominante da Arqueologia que então se praticava. O primeiro, da autoria

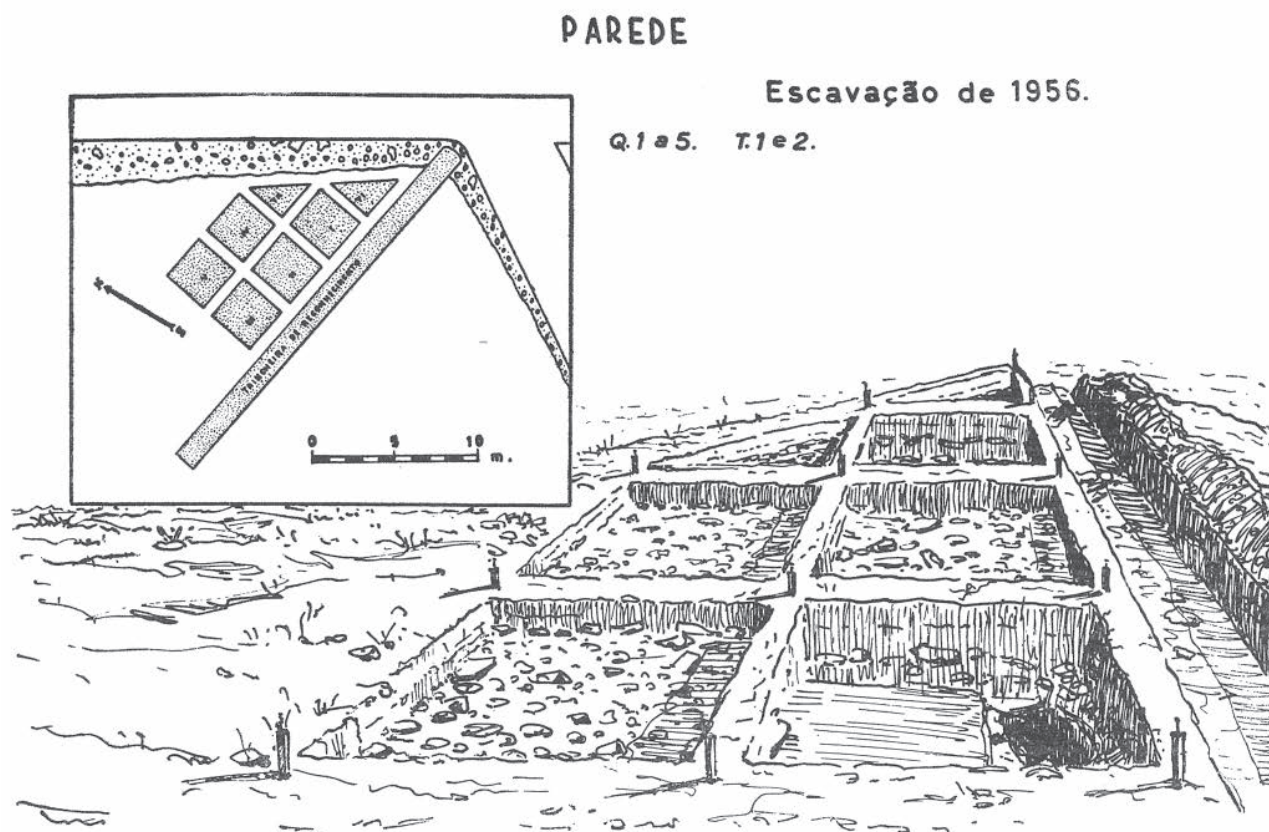


FIG. 2 – PLANTA E PERSPECTIVA DA 1.ª FASE DA EXPLORAÇÃO PELO MÉTODO DA GRADE, DO POVOADO ENEOLÍTICO DE PAREDE (CASCAIS)

FIG. 4 – Imagem das escavações realizadas no povoado da Parede, com uso do “grid method” preconizado por Mortimer Wheeler (segundo SERRÃO e VICENTE, 1959).

de Afonso do Paço, ocupa-se das “escavações e problemas” de Vila Nova de S. Pedro e Sanfins. Se, no caso do povoado calcólico, Paço refere as duas etapas da sua ocupação, a “tradicional” divisão entre Vila Nova I, mais antigo, com os típicos “copos canelados” e desprovido de cerâmica campaniforme, e Vila Nova II, mais recente, já com estas cerâmicas (PAÇO, 1959: 262-263), sublinhando fases, confundidas com estratos; para Sanfins, toda a abordagem segue como se de um único momento de construção / ocupação / abandono se tratasse. Expressivamente, o volume regista a intervenção de Domingos Pinho Brandão, que o “*felicita em seu nome e certamente interpretando o sentimento dos Congressistas presentes [...] pela comunicação apresentada sobre Vila Nova de S. Pedro e Sanfins a cujos trabalhos de escavação V. Ex.ª tem presidido com muito amor, carinho e competência*” (IDEM: 269). Naturalmente, podemos supor que se tratou de palavras de circunstância e de mera cordialidade. Contudo, creio que comportam uma outra dimensão relevante, a menção ao *amor* e *carinho*, a par da competência. Uma ideia de que voluntarismo e abnegação prevaleceriam sobre a dita competência. Poderíamos multiplicar os exemplos de semelhante teor na bibliografia

destes tempos. Acresce que ambos trabalhos se realizavam sob a égide e patrocínio do Ministério das Obras Públicas / Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, constituindo assim aquilo que poderemos designar como Arqueologia institucional / oficial, enquanto os trabalhos dos dois Eduardos, Serrão e Prescott Vicente, decorriam com apoios autárquicos, dos municípios de Cascais, Sintra e Sesimbra, o que não deixa de ser interessante e eventualmente merecedor de mais detalhado exame em outro lugar ou ocasião.

No mesmo volume, outro trabalho chama a atenção. Uma modesta comunicação, um *relatório* como lhe chamam, apresentada por um grupo de cinco estudantes que participaram no campo de trabalho promovido pela Mocidade Portuguesa na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, superiormente orientado por Afonso do Paço (MARTINS *et al.*, 1959). A comunicação fala do sítio, da sua estrutura, das suas construções, de alguns artefactos recolhidos, mas é totalmente omissa no que respeita a estratégias de intervenção ou métodos de trabalho. Aparentemente, neste tirocínio arqueológico proporcionado a estudantes universitários não seriam considerados relevantes esses ensinamentos. Sublinhando ainda mais o pobre panorama nacional da época, refira-se que neste Congresso se fez a primeira apresentação do célebre tesouro de Carambolo, Sevilha, por Maluquer de Motes, com expressiva apresentação gráfica dos cortes estratigráficos desenhados no decurso da intervenção arqueológica que se seguiu ao seu achado ocasional

(MALUQUER DE MOTES, 1959). Este caso sublinha não somente o estado em que se encontrava a investigação nacional, mas também o desfasamento então existente relativamente ao que de bom se fazia em Espanha.

O estranho desfasamento que se verifica na escassa relevância concedida ao registo estratigráfico por boa parte dos arqueólogos portugueses ao longo da primeira metade do século XX contrasta vivamente com a atenção e cuidado que, supostamente, Manuel Heleno, o professor de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, concedia ao tema no decurso das suas aulas, como se pode apreciar pelas fichas que utilizava (CARDOSO *et al.*, 2013). Também no artigo de auto panegírico que publicou nas páginas de *O Arqueólogo Português* refere amiúde a estratigrafia como elemento orientador dos seus trabalhos, com explícita crítica (algo injusta, pelas razões atrás expostas) ao seu antecessor: “*Salvo o devido respeito por um Mestre [...] direi que as escavações, como a maior parte das do seu tempo, foram precipitadas, incompletas, olhando mais à tipologia do que à estratigrafia*” (HELENO, 1956: 223). Referindo-se aos seus próprios trabalhos no âmbito da Pré-História, explica Heleno que do Paleolítico Inferior “[...] não encontramos desses tempos uma estação cuja estratigrafia pudesse ser a chave da cronologia” (IDEM: 227); já sobre o abrigo solutrense da Almoíña, “[...] Nele encontramos estratigrafia, os limites e forma da cabana, solutrense e languedocense e até uma grande *lage* [sic] junto de um lar, que serviu de assento aos homens de há 30 000 anos” (IDEM: 228); sobre o Mesolítico diz “[...] só a partir de 1934 pude satisfazer a minha ansiedade com a descoberta dum nível tardenoisense no abrigo grande de Bocas e de sauveterrense no abrigo com estratigrafia do Forno da Telha (Rio Maior). Pela primeira vez se punha à luz do dia em Portugal um chão de cabana mesolítico” (IDEM: 228-229); sobre o Calcolítico (então designado Eneolítico), Heleno refere ter pesquisado grutas naturais “à procura de uma estratigrafia” (IDEM: 230); sobre as necrópoles de Tróia: “[...] explorar uma necrópole assente num nível do século I e com sepulturas sobrepostas, numa altura de 7 metros, dos séculos II, III, IV e da alta idade média” (IDEM: 231); generalizando, “[...] julgamos ter alargado o conhecimento da época lusitano-romana e aprofundando o mesmo, com aplicação à dita, o que se não tem feito, do método estratigráfico” (IDEM: 232).

Pelo extenso rol de citações percebe-se como Heleno alegava realizar constantemente investigação centrada em observação estratigráfica, tanto aquela que buscava sequências verticais, de valor cronológico, como a que valorizava as leituras horizontais, seguindo a lição de Leroi-Gourhan, como teria sido o caso no abrigo da Almoíña e no Forno da Telha, com o registo de cabanas e pisos de ocupação. Contudo, é de lamentar que nunca tenha publicado devidamente estes trabalhos e, da pouca documentação gráfica realizada pelos desenhadores do Museu nos tempos em que o dirigiu, não podemos de todo deduzir este rigor. Por outro lado, uma boa parte dos praticantes de Arqueologia desta época eram pessoas com formações muito diversificadas, que não passavam necessariamente pelas Faculdades de Letras. A conjugação destes factores

poderá explicar o aparente deslçamento entre o ensino ministrado na Universidade e as práticas correntes. A Heleno pode ainda assacar-se a responsabilidade de não ter sido um efectivo incentivador de novos arqueólogos, e de nem sempre os conhecimentos revelados pelas suas fichas de docente se reflectirem nas suas práticas de campo, muitas vezes realizadas por interpostas pessoas, nem sempre com a melhor preparação, acompanhamento e orientação.

No caso das escavações que ordenou no povoado da Cabeça de Vaíamonte, Monforte, que pude analisar com detalhe, verifica-se a óbvia crivagem das terras escavadas, revelada pela recolha de um numerosíssimo conjunto de artefactos de diminutas dimensões, mas o conjunto de registos conservados indica claramente que a escavação procedeu por níveis artificiais, sem um mínimo controlo da informação recolhida: materiais de todas as fases de ocupação do sítio misturam-se nos mesmos níveis (sem que tal signifique necessariamente presença de materiais residuais) e, por exemplo, todos os materiais relacionados com a ocupação do Bronze Final estão registados em níveis mais superficiais do que outros que contêm artefactos de época romana, um claro indicador de que estes níveis artificiais se reportavam para além do mais a distintas áreas do povoado. As tentativas que fiz para retirar algum sentido das pretensas notações estratigráficas da Cabeça de Vaíamonte revelaram-se vãs.

Admitindo que, em alguns casos, Heleno poderia ter escavado seguindo as melhores práticas que ensinava, aparentemente tê-lo-á feito nos abrigos de Rio Maior, as suas escassíssimas publicações não o reflectem minimamente e a sua escassez inibiu qualquer influência ou estímulo aos arqueólogos seus contemporâneos.

Finalmente, interessa ter em conta aquele que podemos considerar como o único manual de Arqueologia português que se publicou no século XX: *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*, da autoria de Abel VIANA (1962). Não está em causa o relevante contributo de Viana para o conhecimento do passado do extremo ocidente peninsular, já que, ao contrário de Heleno, foi um prolixo autor, com extensa actividade marcada justamente pelo voluntarismo e abnegação a que acima aludi, mas não deixa de ser notável a escassa atenção que o “manual” concede à intervenção de campo e à notação estratigráfica, expeditamente apresentada em escassas linhas: “*Limpar superficialmente o terreno [...] seguir as paredes ou alinhamentos de esteios que já se encontrem à vista, contornando-os; nos casos em que tal procedimento for aconselhável (principalmente em necrópoles argáricas e romanas, ruínas de edifícios e de povoados [...] fazer um corte estratigráfico, tendo sempre em conta nada destruir [...] No caso de ter feito vala de exploração, escavar a partir desta, por camadas segundo os vários estratos; nos outros, escavar por camadas horizontais, não superiores a meio metro de altura; nunca levar a escavação a fundo, sem retirar certa porção da camada que estiver por cima*” (VIANA, 1962: 41). Regressa ao tema da estratigrafia nas legendas das figuras 192 e 193, reconhecendo que “*Em qualquer estação arqueológica os cortes de terreno são indispensáveis para se poder ver rigorosamente as diferentes épocas e*

se registarem escrupulosamente os objectos que aparecem segundo a cama [sic] em que se encontravam enterrados (VIANA, 1962: 163), aclarando ser conveniente a realização de “cortes extensos, obtidos por meio de compridas valas” (IDEM: 164). Por estes apontamentos se depreende que Viana seguiria nas suas intervenções de campo a linha tradicional da extensa vala de sondagem, para obtenção do corte estratigráfico, a partir do qual realizava a escavação por camadas naturais, ou, em alternativa, por níveis artificiais. Em qualquer dos casos, estratégias de abordagem pouco recomendáveis, mas não muito diferentes das praticadas em outros países da Europa por esta época. Não deixa de ser notável que, nesta obra que se pretende didáctica e que está efectivamente recheada de práticas e úteis orientações para um qualquer iniciante em Arqueologia, o tema estratigráfico esteja sobretudo comentado em duas legendas de outras tantas figuras.

A extensa escavação realizada na Senhora da Cola, Ourique, por Abel Viana nos últimos anos da sua vida é bem expressiva da escassa atenção concedida aos aspectos estratigráficos do sítio, apenas esquematicamente apresentados, para lá de algum preconceito, relacionado com a ideia de ter o local remotíssima ocupação, profundamente revolvida em época islâmica.

O final da década de 1950 regista a intervenção de arqueólogos ingleses em Portugal: Hubert Savory em Vila Nova de S. Pedro (SAVORY, 1970), Christopher Hawkes em vários castros do Noroeste (HAWKES, 1971). Os seus trabalhos consistiram na realização de cortes estratigráficos nos povoados, com leitura das sequências observadas, não sem causar algum incómodo e velada reprovação aos arqueólogos nacionais, nomeadamente Abel Viana. Em qualquer dos casos, os resultados foram tardiamente publicados, numa época em que já era notória a contestação das abordagens histórico-culturalistas que nortearam estas iniciativas, pelo que escasso impacto terão tido na Arqueologia portuguesa.

O sentido destas intervenções é bastante claro. Numa época de auge do que hoje chamamos paradigma *Histórico-Culturalista*, centrado no registo da sucessão das diferentes culturas no tempo, a estratégia adequada para obter respostas expeditas às mais elementares perguntas científicas, determinar as diferentes culturas que se sucedem temporalmente num sítio / área geográfica, o “corte estratigráfico” afigurava-se o método mais eficaz para as alcançar. Com maior ou menor rigor, tratava-se de uma actualização da velha abordagem da vala de sondagem que conhecemos desde os primórdios da Arqueologia estratigráfica, eventualmente com alguma acrescida sofisticação no registo. A esta perspectiva, na mesma época, Leroi-Gourhan contrapunha já o seu “método etnográfico”, privilegiando a leitura e registo horizontal das superfícies de ocupação. Na óptica do francês, se o objectivo era conhecer a vivência das sociedades do passado, a única abordagem válida era a da escavação / observação das superfícies utilizadas, estruturadas e frequentadas, uma vez que os homens não viviam sobre superfícies verticais, como moscas, para recuperar o seu expressivo comentário (LEROI-GOURHAN, 1950). Como vimos, encontramos igualmente uma referência a esta identificação de

superfícies frequentadas pelas comunidades humanas nos apontamentos de Manuel Heleno, que também recomendava na bibliografia o manual do investigador francês. Este binómio / oposição entre leituras verticais ou horizontais das realidades arqueológicas constitui hoje em dia uma questão ultrapassada, mas teve a sua época, com naturais consequências para os modos como se foram desenhando as melhores estratégias para construir o conhecimento do passado.

1.3. UMA NOVA ETAPA DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA A PARTIR DA DÉCADA DE 60 DO SÉCULO XX

Da pioneira referência de Serrão e Vicente até aos meados da década de 60 do século XX deparamo-nos com um evidente vazio de referências a observações estratigráficas, pontuadas por alguns expressivos casos. Cite-se, a título de exemplo, a publicação do corte estratigráfico no balneário romano de Idanha-a-Velha (ALMEIDA e FERREIRA, 1966). O simples facto de se tratar de um trabalho a sublinhar a dimensão estratigráfica observada no local, com expressivo registo gráfico do corte, com a sua sequência de camadas, indicia o carácter excepcional da acção. O artigo de Fernando de Almeida e Veiga Ferreira, onde não podemos deixar de ver, sobretudo, “a mão” do segundo autor, desemboca numa ausência de conclusões, uma vez que os únicos artefactos datantes valorizados, a *terra sigillata* (provavelmente, os únicos encontrados naquela circunscrita intervenção), não esclarecem sobre a real sequência temporal do ciclo de construção / remodelação / destruição. A observação estratigráfica fez-se, mas não havia claramente consciência da necessária distinção entre material em contexto primário de deposição e materiais residuais para devidamente aferir a sequência observada. Em registo televisivo, anos mais tarde (1971), percebemos bem o cariz errático e escassamente controlado em que decorriam as escavações na antiga *Egitania* – ver <https://bit.ly/3PtxZxG>.

É verdadeiramente na segunda metade da década de 60 do século XX que se verifica uma crescente atenção ao registo estratigráfico e um incremento das preocupações relacionadas com os métodos de escavação. Contudo, olhando a produção científica ao longo desses anos, percebemos que estes temas estavam longe de estar plenamente adquiridos pelo universo dos arqueólogos em acção em Portugal. Assinale-se, contudo, que muito haverá ainda a fazer para determinar com clareza a extensão destes conhecimentos e desconhecimentos.

Para não multiplicar exemplos, tome-se o caso, quase negligenciado, das intervenções realizadas sob a orientação de Rigaud de Sousa em Santa Marta das Cortiças, Falperra, Braga – agradeço a Manuel Luís Real estas informações e as referências bibliográficas que hoje podemos usar, particularmente as folhas dactilografadas e ilustradas que compunham a documentação de apoio ao curso de *Iniciação à Arqueologia* promovido pelo professor bracarense, em boa hora publicadas em volume por um grupo dos seus frequentadores (VvAA, 2017). O historial das intervenções no monte da Falperra foi recentemente sumariado, razão pela qual

não me alongo, remetendo os interessados para a bibliografia disponível (VvAA, 2017; BARROCA, AREZES e MORAIS, 2018).

Interessa reter somente que o local foi objecto de escavações nas décadas de 1950-1960, sob direcção do Cónego Arlindo Cunha, que procedeu como frequentemente se fazia em intervenções desta natureza, identificando paredes e escavando valas ao longo das mesmas (SOUSA, 1968-1970: 58 e fig. 2), uma ideia que Abel Viana não enjeitaria, como se viu. A partir de 1967, J. J. Rigaud de Sousa tomou em mãos os trabalhos, com o apoio e patrocínio da Câmara Municipal de Braga, uma vez mais uma iniciativa autárquica, como sucedia nas escavações de Cunha Serrão. Para o efeito, começou por organizar e dirigir um *Curso de Iniciação à Arqueologia*, em Braga, frequentado por estudantes locais que posteriormente participaram nas escavações.

A breve publicação que Rigaud de Sousa dedicou a estes trabalhos é particularmente significativa. Em primeiro lugar, podemos observar o contraste entre as valas realizadas pelo Cónego e a escavação com quadrículas e testemunhos intermédios não escavados desta nova fase (SOUSA, 1968-1970: figs. 1 e 2; BARROCA, AREZES e MORAIS, 2018: figs. 7 e 8), bem como uma fotografia onde especificamente se apresenta a sequência estratigráfica observada num corte cuidadosamente limpo e aprumado (SOUSA, 1968-1970: fig. 4).

Graças a uma publicação recente, podemos conhecer os apontamentos produzidos por Rigaud de Sousa (*sebenta*) para o seu curso de *Iniciação* onde é evidente a elevada qualidade da informação e, particularmente, o modo como as questões de método de trabalho de campo e a atenção ao registo estratigráfico se apresenta (VvAA, 2017). No que concerne ao trabalho de campo, o método preconizado é o “*grid method*” wheeleriano, autor de leitura recomendada, como se pode ver em um apontamento manuscrito à margem das folhas do curso (*IDEM*: página não numerada, somente com a indicação de p. 5 dos apontamentos do curso).

A reter nestes apontamentos de *Iniciação* alguns aspectos significativos: a estratigrafia é identificada como “[...] *conjunto das diversas camadas (estratos) dispostos uns sobre os outros no decurso dos tempos. Na arqueologia só interessam os estratos que testemunham a existência do homem*” (*IDEM*, 2017: folha 9). A presença dos ensinamentos de Wheeler é bastante clara, designadamente, nestes dois detalhes: “*Ao libertar uma parede deixar sempre testemunhos estratigráficos perpendiculares a ela*”, ou “*A estratigrafia que deve ser utilizada é a estratigrafia natural [...] e não se devem considerar camadas artificiais de uns tantos centímetros como alguns ainda hoje fazem*” (*IDEM: ibidem*). Os apontamentos insistem na necessidade de registar as realidades escavadas quer em plano, quer em corte, com recomendações concretas sobre o desenho de perfis estratigráficos (*IDEM: ibidem*), resultando evidente que este registo se deveria fazer a partir dos testemunhos não escavados, ou seja, nos perfis conservados no terreno. O guia de estudo estabelece ainda uma curiosa distinção entre estratos e aquilo a que chamaríamos hoje fases: “*os estratos devem ser numerados de cima para baixo enquanto que as épocas de ocupação (níveis) serão numeradas de baixo para cima*” (*IDEM: ibidem*).

O que tem de extraordinário o caso do curso de *Iniciação à Arqueologia* de Braga é a sua quase invisibilidade. Se não houvesse a recente publicação que comemora os encontros dos seus frequentadores, dificilmente teríamos noção da sua existência e menos ainda dos conteúdos leccionados. Serve, de qualquer modo, como prova da grande viragem acontecida nos meados da década. Claro que esta nova tendência não terá percutido de imediato em todos os ambientes e aficionados e, sublinhe-se, não terão seguido uma actividade arqueológica a maioria dos seus jovens frequentadores, pelas circunstâncias que rodeavam ainda a prática da disciplina entre nós. Mas demonstra claramente que algo mudara, muito rapidamente, desde as *noções de arqueologia prática* de Abel Viana publicadas escassos anos antes, mesmo se, na generalidade, a Arqueologia portuguesa estivesse mais do lado da estratégia do Cónego Arlindo Cunha (que voltou a escavar na Falperra nos anos 1970) do que da de Rigaud de Sousa.

Para melhor entendermos o estado da questão no final da década de 1960, vale a pena recordar as palavras do jovem José Morais Arnaud, na publicação da sondagem estratigráfica que realizou no Castelo Velho de Veiros, Estremoz, em 1969: “*Não foi sem alguma surpresa que comecei a encontrar os vários extractos [sic], diferenciados uns dos outros com toda a clareza. Na verdade, o método estratigráfico, que acompanhou o nascimento da arqueologia como ciência [...] tem sido tão desprezado no nosso País, que dir-se-ia muito transcendente. São mesmo sobejamente conhecidos casos de algumas estações arqueológicas já largamente escavadas em que só apareceu estratigrafia quando nelas começaram a trabalhar arqueólogos estrangeiros...*” (ARNAUD, 1970: 313).

Na década de 1970, a mudança foi muito mais notória e, pode dizer-se, por essa altura a Arqueologia portuguesa acertou verdadeiramente o passo pelo que de melhor se fazia em outras paragens, pela acção combinada de uma nova geração de docentes universitários, pela influência benéfica de alguns projectos de colaboração internacional e pelos primeiros ensaios de uma profissionalização da prática arqueológica, cabendo particular referência aos trabalhos desenvolvidos na área de Sines por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (SILVA e SOARES, 1981). Na apresentação do extenso programa de trabalhos empreendidos naquela região a partir de 1972, podemos perceber que as escavações realizadas não somente consideram e registam as sequências verticais, mas também revelam uma particular atenção pela leitura das superfícies, em notáveis escavações em área, onde a quadrícula de referência não condiciona a leitura das superfícies de ocupação pela conservação de testemunhos. No que concerne aos projectos internacionais, há uma geração de investigadores que passaram pelas escavações do Instituto Arqueológico Alemão (DAI) no povoado calcolítico do Zambujal, mas não tenho conhecimento de nenhum registo particular de como essa passagem influiu nos modos de trabalho desses arqueólogos, para lá de muitas informações orais dos seus intervenientes. Mais conhecida é a estratégia de intervenção na cidade romana de *Conimbriga*, no âmbito do projecto luso-francês de colaboração, coordenado por Bairrão Oleiro e, depois,

Jorge Alarcão e Robert Etienne, de 1964 a 1971 (ALARCÃO e ETIENNE, 1977), por ter sido longamente exposta e apresentada, particularmente no *Livre IV Stratigraphie et Démonstration Chronologique* (IDEM: 171-259) do primeiro volume da série monográfica dedicada aos trabalhos desenvolvidos naquela cidade romana.

A intervenção partiu de uma quadrícula no terreno, de três metros de lado, com testemunhos conservados (“*banquettes*”) de um metro entre cada quadrícula, uma vez escavadas, funcionando aquelas como testemunhos. Evoluiu depois para um sistema misto, centrado nos edifícios entretanto identificados, que passam a constituir *Sectores* diferenciados: *forum*, *termas*, etc. (IDEM: 173). Dos múltiplos cortes estratigráficos registados, os autores seleccionaram e apresentaram 13. Através da estratigrafia delimitaram 53 horizontes cronológicos, com apresentação de amostras dos materiais arqueológicos recolhidos, que constituiriam a comprovação / datação dos distintos horizontes. Nesta extensa apresentação, registam-se materiais efectivamente contextuais e outros claramente residuais, funcionando os primeiros como elementos probatórios da interpretação realizada.

O tema da distinção entre materiais em contexto primário de deposição e os outros, ditos residuais, mereceria uma atenção que não vem agora ao caso. Saliente-se, contudo, a boa opção de Alarcão e Etienne. Se, por um lado, em muitos casos, é clara a distinção entre o contextual e o residual, persistem muitas “zonas cinzentas”, quer pelo desconhecimento existente sobre alguns materiais arqueológicos, quer pela indefinição das balizas cronológicas de muitos deles. Justamente por terem feito extensa exposição destes exemplos, podemos hoje (e sempre) visitar o *Stratigraphie et Démonstration Chronologique* para aferir cronologias de contextos e materiais arqueológicos, ou mesmo para rever algumas das propostas então apresentadas. Também neste aspecto, a publicação das *Fouilles de Conimbriga* persistirá como um modelo de intervenção sobre um sítio arqueológico em Portugal.

Já no que respeita ao registo estratigráfico, encontramos aqui claramente o espírito dos apontamentos do *Curso de Iniciação* de Rigaud de Sousa, restando saber até que ponto houve influência do projecto luso-francês já em curso sobre o investigador bracarense – sublinhe-se que Rigaud de Sousa não consta da lista de participantes nas diferentes campanhas de escavação realizadas pelo projecto luso-francês (ALARCÃO e ETIENNE, 1979: 275-278), mas é provável esta influência, na medida em que Sousa refere visitas de Bairrão Oleiro e Jorge Alarcão às escavações da Falperra (Sousa, 1968-1970: 64). Em *Conimbriga*, claramente o que contava, de um ponto de vista estratigráfico, eram os registos com presença humana e significado cronológico. A redução das observações feitas à sequência de *horizontes cronológicos*, revela a valorização do que chamaríamos hoje o faseamento / datação do sítio sobre o registo estratigráfico em sentido estrito, ou seja, o segundo está presente e é considerado somente na medida em que serve para a construção do primeiro.

De certa forma, esta abordagem ao terreno reflecte o célebre princípio expresso no *Prefácio de Archaeology from the Earth*, de Wheeler, de que

o arqueólogo “*is not digging up things but people*” (WHEELER, 1954: v), ou seja, a investigação de então centrava-se no que era verdadeiramente importante, os ditos horizontes cronológicos, fases, ou o que se lhe queira chamar. A abordagem continuava a ser perfeitamente adequada a uma perspectiva “histórico-culturalista” das dinâmicas diacrónicas: diferentes culturas ou distintas etapas dentro de uma mesma cultura que se sucedem no tempo e se plasman na estratigrafia. Contudo, creio que descuravam aquilo a que poderemos chamar os elementos probatórios de correcção das fases identificadas, ou seja, a leitura específica do processo de formação do sítio a partir da estratigrafia.

Mas, antes de tratar mais concretamente do modo como as estratégias de escavação em área, na concepção actual, e o registo estratigráfico em diagrama (“Matriz de Harris”) chegaram até nós, creio conveniente uma brevíssima nota sobre a pertinência do desenvolvimento de um método sintético de registo estratigráfico, a dita “matriz de Harris”, que serve para expressar em diagrama o conjunto das relações entre estratos e interfaces observadas num sítio arqueológico. Relações que são muito simples, como bem sublinhou Harris, embora a sua interconexão se apresente complexa. Particularmente inovadora e relevante foi a consideração das *interfaces*, enquanto entidades estratigráficas relevantes, algo que decorre da multiplicação das intervenções arqueológicas em lugares de grande complexidade de formação, como são as nossas cidades históricas.

2. O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS ABORDAGENS ÀS REALIDADES ARQUEOLÓGICAS E A PERTINÊNCIA DA CHAMADA “MATRIZ DE HARRIS”

Edward Harris sumariou brevemente as principais tendências observáveis nas estratégias de abordagem aos sítios arqueológicos: um primeiro momento que valorizou sobretudo os artefactos; depois, uma atenção particular concedida às estruturas; finalmente, uma maior focagem nos complexos problemas de estratificação, situando na década de 70 do século XX a emergência e consolidação desta nova perspectiva (HARRIS, 1989: 28).

As grandes transformações decorrentes desta nova abordagem aos sítios arqueológicos podem sumariar-se em dois grandes blocos temáticos: conceptual e funcional, sendo que ambos se entrelaçam.

De um ponto de vista conceptual, a Arqueologia na Europa tinha alcançado já um elevado grau de conhecimento das diferentes dinâmicas históricas das sociedades humanas, já não era tão importante saber expeditamente o que vinha antes e depois de. Por outro lado, a generalização dos meios radiométricos de datação criou um novo meio independente para datar os sítios e fenómenos estudados. Finalmente, a ênfase colocada no conhecimento dos “processos”, que decorreu da emergência de um novo paradigma na Arqueologia, presentemente conhecido como “Arqueologia processualista”, trouxe para a investigação

a crescente valorização da dimensão etnográfica, já bem presente na abordagem metodológica preconizada décadas antes por Leroi-Gourhan, reforçada pelo maior pendor antropológico da Arqueologia norte-americana. A partir dos finais dos anos 60 do século XX, não importava tanto o conhecimento da sequência de culturas, em muitos casos entendida como pontuada por fenómenos de ruptura, fossem as “revoluções” de Gordon Childe ou os fenómenos de difusão ou invasão (“campos de urnas”, “indo-europeus”, etc.), mas antes os processos de transformação das antigas sociedades. Assistiu-se então a uma crescente valorização do local / particular, dos modos de vida, somente apreensíveis e perceptíveis se os sítios arqueológicos deixassem de ser vistos como sequências verticais e mais como séries de superfícies horizontais, ou seja, sequências de espaços organizados e frequentados pelas sociedades humanas. De um ponto de vista funcional, percebeu-se que a sobreposição de um conjunto de “horizontalidades” podia, naturalmente, gerar também o conhecimento e representação das sequências verticais.

De um ponto de vista funcional, a Arqueologia viu multiplicarem-se as intervenções em áreas urbanas, de grande complexidade estratigráfica, realizadas cada vez mais por extensas equipas, sujeitas a uma cada vez maior pressão para abreviar os tempos de escavação. A actividade arqueológica deixou de ser a acção de um (ou vários) erudito(s) com os seus cadernos de campo, registando de uma forma mais ou menos sistemática a observação realizada ao longo de um largo período de trabalho, para se tornar numa acção com equipas cada vez mais extensas, trabalhando sob pressão e com obrigação de produzir expeditamente informação sobre os processos de ocupação dos lugares. A necessidade de manter um mínimo de uniformidade no contexto destas grandes e complexas intervenções, com múltiplos agentes, conduziu à criação de folhas de registo, com campos predefinidos, permitindo de algum modo uniformizar esse registo (BARKER, 1982 e 1986: 104 e seguintes), ao mesmo tempo que o registo horizontal de campo possibilitava, por um lado, economizar tempo, por outro, registar todas as realidades estratigráficas, mesmo aquelas (ou sobretudo aquelas) que não fossem visíveis nos “testemunhos” não escavados, os limites das áreas de escavação. Pode dizer-se que começou a ser registado e desenhado o que era efectivamente escavado e menos o que, não tendo sido escavado, se considerava representativo do que se escavara (BARKER, 1982; HARRIS, 1989), sendo igualmente evidente que os múltiplos registos horizontais facilmente se converteriam em tantas representações verticais quantas se quisessem apresentar. O surgimento de um auxiliar sob a forma de diagrama, sintetizando as relações das diferentes unidades estratigráficas, a hoje célebre e consensual “matriz de Harris”, impôs-se como instrumento fundamental quando se lidava com realidades complexas, como aquela relacionada com uma intervenção na cidade de Londres, exemplificada pelo autor, com 10 000 (dez mil!) unidade estratigráficas documentadas (HARRIS, 1989: 146).

O desenvolvimento destas novas perspectivas andou associado à multiplicação de intervenções arqueológicas com elevada complexidade

estratigráfica, particularmente as áreas urbanas; andou também a par da profissionalização da Arqueologia. Uma boa noção da enorme e rapidíssima transformação em curso nas práticas arqueológicas no último terço do século XX pode verificar-se pela consulta das *actas* do Encontro de Zaragoza, *Arqueología de las Ciudades Modernas Superpuestas a las Antiguas*, de 1983, confrontando a comunicação apresentada por Brian HOBLEY (1985) sobre a arqueologia urbana de Londres na década anterior e a sua organização (1973-1983), com a situação vivida no Sul da Europa e mais particularmente na Península Ibérica – Portugal esteve representado no Encontro por Irisalva Moita, apresentando o seu gorado plano de recuperação do teatro de *Olisipo*. O contraste é literalmente avassalador (VvAA, 1985). Não surpreende, pois, que o Reino Unido tenha sido o lugar de mais precoce desenvolvimento destas estratégias, uma vez que foi também o lugar onde mais precocemente se fizeram sentir estas pressões.

Podemos ainda perceber a rápida transformação ocorrida quando comparamos um manual como o de Graham Webster, publicado em 1974, embora a primeira edição date ainda dos anos sessenta (WEBSTER, 1974), não somente pelos métodos apresentados como pela relevância que atribui às sociedades de antiquários locais e ao voluntariado na prática arqueológica, com o de Philip Barker, cuja primeira edição data de 1977, expondo a nova realidade então emergente. Webster e Barker trabalharam em simultâneo em diferentes sectores da cidade romana, tardo-antiga e medieval de Wroxeter, pelo que faz sentido colocar em paralelo estas duas obras, pelos distintos mundos que reflectem. As grandes transformações nas práticas arqueológicas aconteceram, de facto, no Reino Unido neste breve lapso de tempo e, de um modo mais ou menos rápido, acabaram por se disseminar um pouco por toda a Europa.

3. A INTRODUÇÃO DE NOVOS MÉTODOS DE TRABALHO NO SÍTIO DA LOMBA DO CANHO, ARGANIL, EM 1982

“Acampamento romano da Lomba do Canho – 1982 [...] Os trabalhos de campo foram tecnicamente orientados pelos Drs. Amílcar Guerra e Carlos Fabião, meus antigos alunos e actuais colaboradores, que se propuseram, sem prejuízo da tradicional metodologia wheeleriana, utilizar o processo de escavação por unidades estratigráficas recentemente preconizado e posto em prática por Barker (1977), Harris (1979) e Carandini (1981), organizando para efeitos de registo um tipo de ficha adequada” (NUNES, 1985: 71).

Este longo intróito serve para melhor contextualizar a intervenção arqueológica no sítio da Lomba do Canho, em Arganil (CNS 75 / IPA 00001272) (Fig. 5), empreendida por João de Castro Nunes a partir da década de 50 do século XX, que, após longa interrupção, foi retomada na década de 70 e continuada até ao ano de 1983, tendo-se verificado

diversas actividades de interesse cívico no final do Ensino Secundário, antes da candidatura ao Ensino Superior –, continuada no ano seguinte com o esboço de um efectivo plano de retoma das escavações. Nesse sentido, toda a área que foi designada como *Sector Q*, compreendida entre as duas áreas já escavadas na zona central do acampamento militar romano, foi objecto de uma marcação por rectângulos de 3 x 2 metros (Fig. 6). Esta opção de marcação tinha por fim possibilitar uma malha mais fina de escavação, tida por necessária dada a natureza do sítio, com as suas construções de alvenaria de pedra seca a requerer cuidada observação, e melhor controlo das áreas a escavar, por exemplo, na retirada dos sedimentos e depósitos de alteração recente (o local foi explorado como pedreira durante décadas, gerando extensas depressões e abundantes monturos) sem remover qualquer pedra até se perceber se definia / pertencia ou não a alguma construção. Naturalmente, sabemos hoje não ser esta a mais adequada abordagem a sítios com estas características, construções de alvenaria seca e terra em espaço bastante afectado por alterações recentes, justificando-se muito mais a escavação em área ampla do que a observação circunscrita – o *Portal do Arqueólogo* apresenta uma fotografia, extraída de um dos Relatórios de escavação, onde é visível a materialização desta opção.

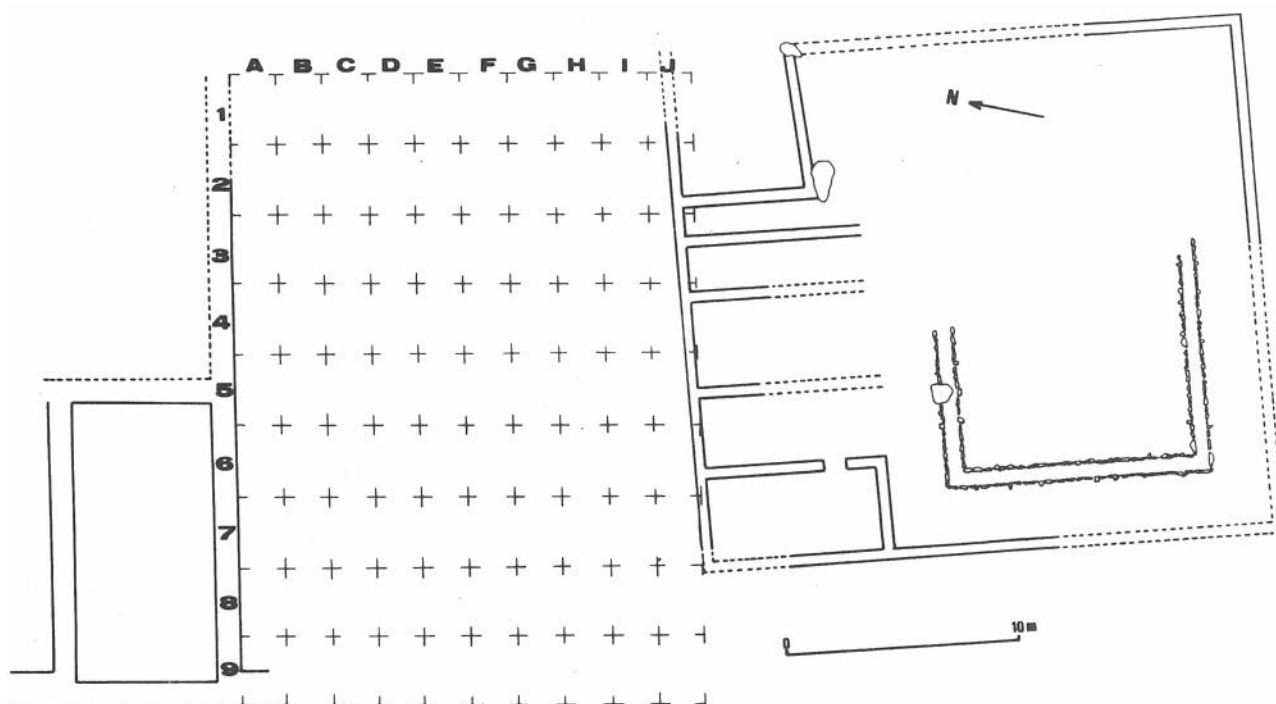
Foi no ano de 1978, ainda como estudante, que iniciei a minha participação nestes trabalhos da Lomba do Canho e aí conheci Amílcar Guerra, que já então coadjuvava João de Castro Nunes. Até 1979, não houve propriamente escavações, mas antes limpezas realizadas nas áreas já anteriormente escavadas, acompanhadas de algumas acções pontuais de registo (desenho de cortes e estruturas), bem como mais robustos trabalhos de desmatização do denso coberto arbustivo de toda a área.

Nas escavações de 1980, trabalhámos então no chamado *Sector Q*, assim designado por Castro Nunes, na suposição de que se trataria

do *quaestorium* do estabelecimento militar romano. Esclareça-se que este investigador abordava o sítio tendo em mente a célebre descrição polibiana do acampamento consular da época republicana; por isso, identificou o presumível *praetorium*, supondo que junto dele se situaria o *quaestorium*, identificando os dois grandes compartimentos a Norte como as instalações dos *auxilia*. Para tornar um pouco mais neutras estas designações, propusemos que se denominassem *Sectores A, Q e P*, um compromisso entre essa visão e aquilo que nos parecia dever ser uma mais cauta abordagem, usando as outras letras do alfabeto para designar cada novo sector delimitado, e números para identificar áreas somente sondadas para aferição do seu estado de conservação. É esta a razão pela qual estas designações parecem não ter sentido e acabam por disseminar um caos de referências no terreno. Naturalmente, hoje não teríamos procedido assim.

A escavação do Sector Q realizava-se no interior dos rectângulos marcados, de forma alternada, deixando sempre testemunhos não escavados em redor de cada área intervencionada. De um ponto de vista do registo, desenhava-se e fotografava-se cada plano e registavam-se os cortes dos testemunhos não escavados, ou seja, desenhava-se o que não fora escavado, assumindo que era representativo da área efectivamente escavada, a prática corrente nesses tempos (Fig. 7). Este método gerou mesmo uma das “clássicas” falhas resultantes destas opções: não percebemos logo a existência de uma parede de compartimentação no complexo que interpretámos como pequena instalação de banhos ou cozinha, por

FIG. 6 – Marcação da área do Sector Q da Lomba do Canho, com o sistema de rectângulos, realizada na década de 70 do século XX (segundo NUNES, FABIÃO e GUERRA, 1988).



ter ficado oculta sob as áreas de testemunho conservadas, uma falha só percebida quando finalmente estas se removeram.

Em 1981, os trabalhos prosseguiram, sempre com a mesma abordagem; somente no ano de 1982 se deu a mudança. Amílcar Guerra, vindo da sua experiência italiana, propunha que se passasse a escavar em área, com a quadrícula (de um metro de lado) somente considerada para efeitos de registo, mas sem materialização no terreno, com numeração sequencial sistemática de cada unidade, sempre desenhada em plano. Para o efeito, foi elaborada uma ficha descritiva de Unidade Estratigráfica que a nova abordagem requeria (Fig. 8). Cada Unidade Estratigráfica [UE] era registada na respectiva ficha e desenhada em plano, com indicação das relações com as UE envolventes, sempre que tal se afigurasse pertinente (Fig. 9). Finalmente, seria elaborada uma síntese das relações estratigráficas documentadas, usando uma “matriz de Harris”, partindo justamente do conjunto de relações já registadas nas fichas de Unidade Estratigráficas. As diversas UE eram agrupadas, formando as fases de constituição do sítio arqueológico (Fig. 10).

Amílcar Guerra realizou um conjunto de sessões, verdadeiros *workshops*, em casa ou no terreno, explicando o essencial do novo método e sua aplicação, razão pela qual é manifestamente exagerada a valorização que Castro Nunes fez do meu contributo. Trabalhou-se também na ficha de Unidade Estratigráfica que passaria, naturalmente, a ser o elemento primordial de registo, cada unidade desenhada em plano, com notação tridimensional. A sobreposição destes distintos planos permitia desenhar posteriormente os cortes, com representação das relações verticais.

Durante esta campanha tivemos um episódio divertido. Trabalhou no segundo turno da escavação uma jovem estudante voluntária que vivia em Inglaterra e ali tinha tido uma primeira experiência arqueológica. Amílcar Guerra, sempre didáctico, ao fim de alguns dias explicou à jovem a estratégia e métodos de trabalho que estávamos a utilizar e disse-lhe: – *Provavelmente, isto parecer-lhe-á muito diferente daquilo que conheceu na sua anterior experiência...*

– *Não, respondeu a jovem, não é. Então as escavações arqueológicas não são sempre assim?*

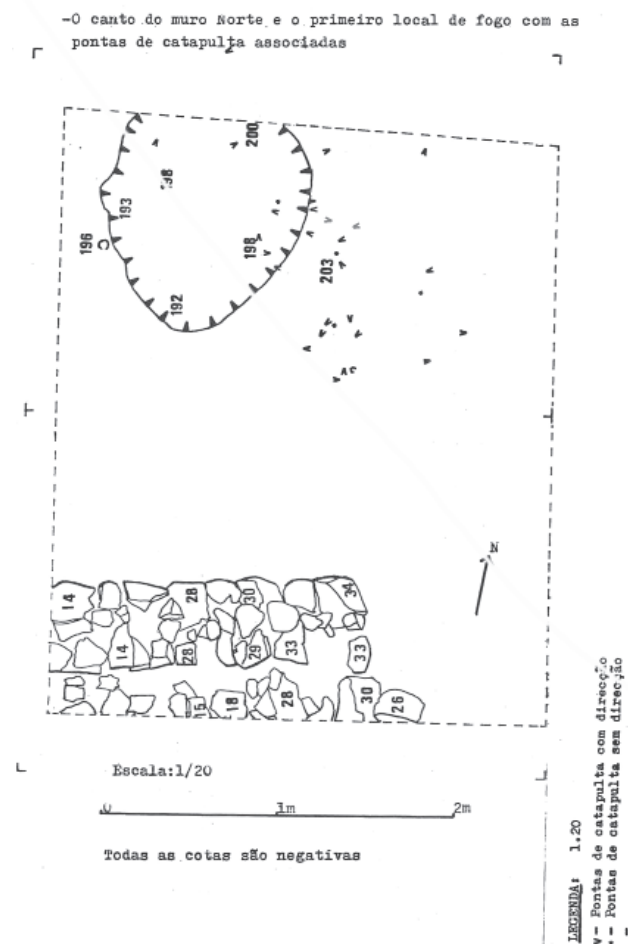
Ficámos depois a saber que a experiência anterior da jovem voluntária tinha sido justamente em Wroxeter, no Sector coordenado por Philip Barker. Daí achar normalíssimo, banal mesmo, aquilo que nós ali ensaiávamos como grande novidade.

FIG. 7 – Desenho de um plano do Sector Q da Lomba do Canho, em área exterior às construções, onde se detectou um antigo espaço de fogo não estruturado, associado a um conjunto de pontas de catapulta em ferro (*pila catapultaria*), com uma restrita área de dispersão, sugerindo que as mesmas se encontrariam agrupadas, com as pontas para cima. O colapso da componente lenhosa dos projecteis explicaria o padrão da sua dispersão (extracto do Relatório de escavações do ano de 1981, subscrito por João de Castro Nunes, Amílcar Guerra e Carlos Fabião, fig. 4).

O Relatório desta escavação submetido à tutela não foi aprovado – actualmente, no *Portal do Arqueólogo*, o mesmo figura como “Aprovado”, creio, um acto de justiça retroactiva que me apraz registar.

Previsivelmente, os trabalhos de 1983 decorreram com grandes dificuldades, decorrentes da quebra de financiamento que suportava as escavações, embora todo o processo de registo e documentação tenha seguido a estratégia iniciada no ano anterior. Por fim, no ano de 1984, foi condicionada a continuidade da exploração da Lomba do Canho à apresentação de um plano de conservação e valorização do sítio arqueológico o que, na prática, inviabilizou o prosseguimento dos trabalhos. Paralelamente, as dificuldades sentidas na publicação de uma síntese dos resultados desses anos de escavações (1980-1983), que foram já devidamente explicadas em outro lugar, para o qual remeto eventuais interessados (GUERRA e FABIÃO, 1988: 307), a demora na sua divulgação e o lugar onde foram publicados (um Congresso Internacional de História Antiga realizado em Espanha) explicará provavelmente a razão pela qual passou despercebida a apresentação da síntese estratigráfica com recurso à “matriz de Harris” do sítio da Lomba do Canho, Arganil. Uma nova apresentação, anos depois, em Colóquio Regional, em Viseu, ou a monografia publicada pelo Museu regional de Arqueologia de Arganil, não terão também contribuído para uma melhor difusão (NUNES, FABIÃO e GUERRA, 1988).

FIGURA 4



Estação	Companhia	Zona/Sector	Quadrados	U.L.
Plantas	Cortes	Fotografias	Cota max. min.	ambiente
Definição	Componentes geológicos			
Consistência	Componentes orgânicos			
Côr	Componentes artificiais			
Gráu de definição estrat.	critérios de distinção			
	dimensões			
Descrição				
Observações				
Cobre	Coberta por			
Corta	Cortada por			
apoi-se a	apoi-se-lhe		igual a	
preenche	Preenchida por			
Interpretação				
Elementos datantes				
cronologia	Período	Fase		
Crivagem	ANOstragem	Plutuação		
Responsável de ficha				
Responsável da interpretação				

FIG. 8 – A ficha descritiva de Unidade Estratigráfica elaborada para as escavações da Lomba do Canho, no ano de 1982, da autoria de Amílcar Guerra.

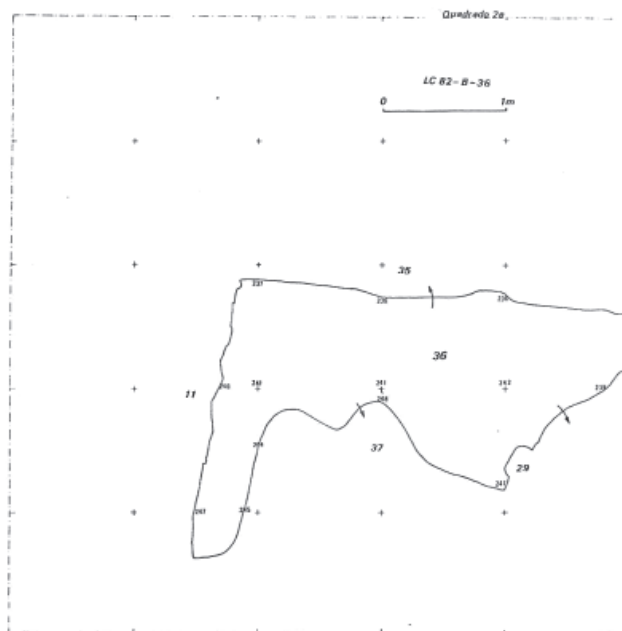
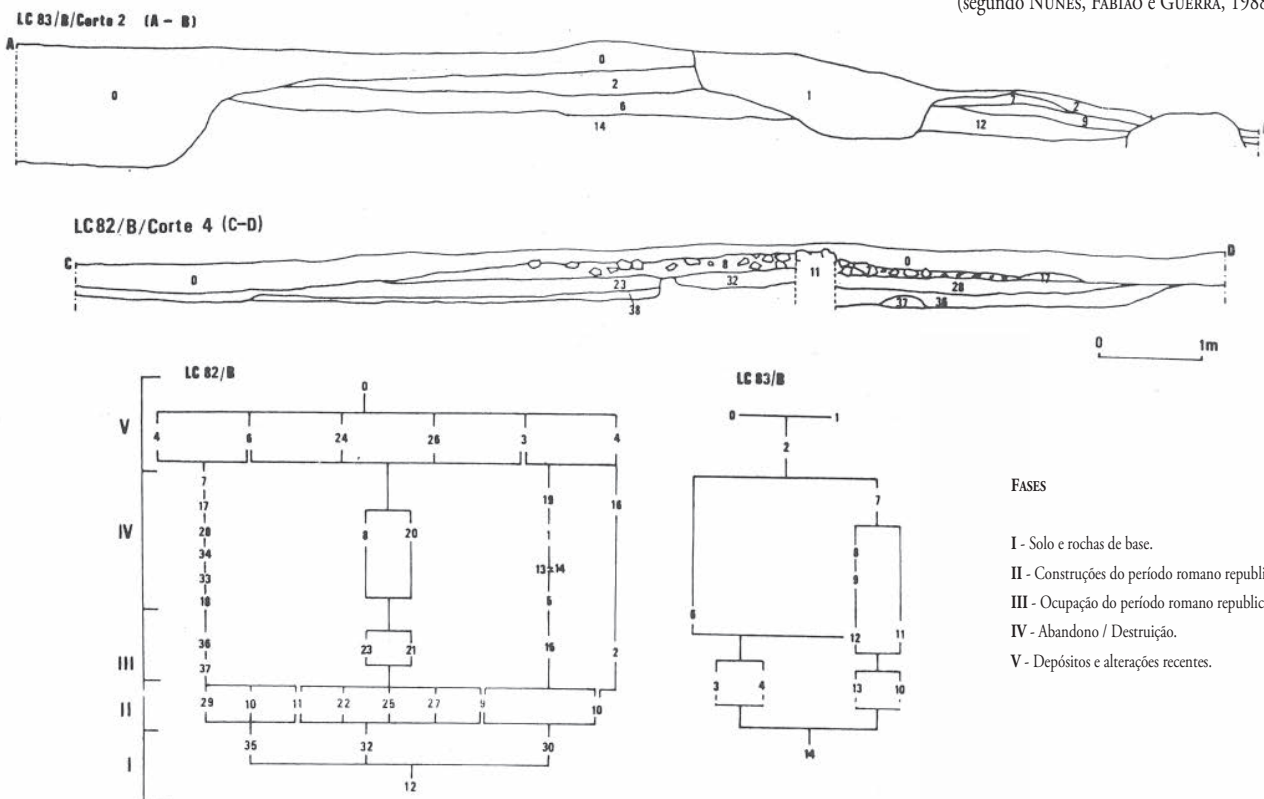


FIG. 9 – Exemplo de desenho em plano de uma Unidade Estratigráfica (a UE 36 do Sector B), um piso de ocupação do estabelecimento militar, assinalando-se ainda as relações com as UE subjacentes. Veja-se a sua representação em corte, com respectivo registo na “matriz” e fase, na Fig. 10 do presente artigo (extracto do Relatório de escavações do ano de 1982, subscrito por João de Castro Nunes, Amílcar Guerra e Carlos Fabião).

FIG. 10 – Representação de cortes do Sector B da Lomba do Canho, com o respectivo diagrama estratigráfico (“matriz de Harris”) e faseamento. Os cortes foram desenhados a partir das diferentes representações em plano das Unidades Estratigráficas identificadas (segundo NUNES, FABIÃO e GUERRA, 1988).



Estando neste impasse relativamente à continuidade dos trabalhos no estabelecimento militar romano, fomos contactados pela Autarquia de Seia, que desejava promover investigação arqueológica no seu território. Pareceu-nos boa a ideia, na medida em que poderíamos prosseguir os estudos, tentando conhecer o mundo indígena pré-romano desta região, então totalmente desconhecido, e a sua transformação sob o domínio romano. Depois de alguns reconhecimentos no Concelho, acabámos por escolher o Cabeço do Crasto de S. Romão (CNS 2983), reconhecido por Martins Sarmento aquando da *Expedição Científica à Serra da Estrela* promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1881 (SARMENTO, 1883).

Um extenso incêndio ocorrido um ano antes proporcionava uma visibilidade no terreno que permitiu observar a existência de importantes estruturas e materiais de diferentes épocas, remontando à Idade do Bronze. Esta extensa diacronia possibilitava uma abordagem interessante às dinâmicas locais, razão pela qual escolhemos trabalhar este sítio, conjuntamente com João Carlos Senna-Martinez, que estava particularmente interessado nesta ocupação mais antiga.

Naturalmente, a estratégia que desenhámos para o trabalho de campo era a que já seguíamos na Lomba do Canho: escavação em área, registo de unidades estratigráficas em plano, partindo de fichas pré-estabelecidas, fichas de Unidade Estratigráfica, agora remodeladas e mais ricas em campos de observações, sendo de salientar os relevantes contributos de Senna-Martinez na sua elaboração. Naturalmente, conscientes que estávamos de estar a ensaiar uma nova abordagem, não deixávamos de debater e reflectir constantemente sobre a melhor forma de estruturar e organizar estas fichas, que passaram a ser o elemento fundamental de registo. A estratégia ensaiada em S. Romão, bem como as respectivas fichas, foram apresentadas numa exposição temporária realizada em Seia, no ano de 1986. Compreensivelmente, a exposição e o seu pequeno livro-guia não terão conhecido grande impacte e difusão, razão pela qual agora disponibilizamos digitalizado este último (SENNA-MARTINEZ, GUERRA e FABIÃO, 1986).

Quando, finalmente, por razões várias, saímos das Beiras para iniciar a intervenção em Mesas do Castelinho, Almodôvar, em 1989, a nossa estratégia de abordagem aos sítios arqueológicos e respectivas práticas de registo estavam já perfeitamente rotinadas por vários anos de prática, e assim continuou.

PALAVRAS FINAIS

Uma vez aqui chegado, parece-me natural que se pergunte: o que ganhámos com esta modificação de estratégia e métodos de registo? Em primeiro lugar, ganhámos um modo completamente novo de olhar os espaços habitados, já sem as barreiras resultantes dos testemunhos entre quadrículas, ou seja, atendendo aos espaços em dimensão mais

próxima da sua utilização no passado. Sublinhe-se, a quadrícula estava lá, sempre esteve, ainda que não materializada no terreno, a não ser nas extremidades das zonas em escavação. Sempre que o registo de desenho o requeria, esticavam-se elásticos entre as estacas das extremidades e logo ficava montada a quadrícula. A estratégia de representação sistemática em plano melhorou substancialmente o nosso entendimento dos espaços, ao mesmo tempo que proporcionava toda a informação necessária para elaborarmos quantos desenhos de cortes desejássemos. Percebemos que não é necessariamente pela delimitação de pequena escala das áreas de escavação que melhor se entende o sítio; pelo contrário: atenção e rigor não têm que ver com escala.

No que diz respeito à Lomba do Canho, não ganhámos nenhum conhecimento acrescido no tocante ao faseamento da sua construção / ocupação / abandono / destruição. As nossas conclusões são rigorosamente as mesmas que João de Castro Nunes estabeleceu já nos anos 50-60 do século XX. Mas com a acuidade do registo estratigráfico ganhámos mais informação e conhecimento sobre a natureza do edificado. Percebemos que as construções se compunham de alvenaria de pedra seca, combinada com construção em terra sobre estrutura de madeira, identificámos e recolhemos muito barro com impressões de troncos e, pela disposição dos níveis de derrube, aprendemos também muito sobre o processo de abandono / destruição que levou à formação do sítio arqueológico em si.

Aprendemos também a distinguir de uma forma clara estratigrafia e faseamento. Naturalmente, é no estabelecimento das diferentes fases que reside a construção do conhecimento das dinâmicas humanas, no limite, o fim último de qualquer escavação arqueológica. Contudo, uma boa distinção destes dois planos contribui não somente para um conhecimento mais detalhado das sequências ocupacionais, como também para o entendimento do processo de constituição do sítio arqueológico. Se estes registos em fichas pré-estabelecidas constituem melhor acervo de informação para a investigação futura, sobretudo para quem voltar a olhar para estes lugares de anterior escavação depois de terem desaparecido os seus agentes, é algo que gostamos de pensar que sim; será melhor lidar com estes registos do que com os tradicionais cadernos de campo anteriormente usados, cuja redacção provavelmente faria todo o sentido para quem os elaborou, mas que se tornam algo obscuros para os olhos de um observador exterior, anos mais tarde. Mas se assim é realmente, creio, só o futuro o dirá.

Nos trabalhos que realizo, e também na escrita deste texto, tenho sempre presente um ensinamento maior desse arqueólogo de referência que foi Mortimer Wheeler:

“There is no right way of digging but there are many wrong ways. Among the latter our successors will no doubt include ways which we regard today as relatively right, in accordance with the natural principle whereby any generation is liable to belittle the achievements of its predecessors. This attitude is often enough unjust” (WHEELER, 1954: 1).

O meu propósito aqui foi somente o de contar como se adoptou a estratégia de escavação em área, com registo de unidades estratigráficas e interfaces em fichas pré-estabelecidas, como unidades básicas de registo, e se elaborou a sua síntese, usando a chamada “matriz de Harris”, num Verão de há quarenta anos atrás no sítio arqueológico da Lomba do Canho, em Arganil, e de como os leitores do número zero da Primeira Série de *Al-Madan* o ficaram a conhecer também, por iniciativa de Amílcar Guerra. 🐉

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Jorge de e ETIENNE, Robert (dir.) (1977) – *Fouilles de Conimbriga I. L'Architecture*. Paris: Diffusion E. De Boccard.
- ALARCÃO, Jorge de e ETIENNE, Robert (dir.) (1979) – *Fouilles de Conimbriga VII. Trouvailles Diverses: conclusions générales*. Paris: Diffusion E. De Boccard.
- ALMEIDA, Fernando de e FERREIRA, O. da Veiga (1966) – “A Estratigrafia observada no local do ‘balneum’ lusitano-romano da Egitânia”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 76 (1-2): 109-116. Disponível em <https://bit.ly/3w9M0tE>.
- ARNAUD, José Morais (1970) – “O ‘Castelo Velho’ de Veiros (Estremoz): campanha preliminar de escavações de 1969”. In *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. II, pp. 309-328.
- BARKER, Philip (1982) – *Techniques of Archaeological Excavation*. 2.ª ed. London: Batsford [1.ª ed. 1977].
- BARKER, Philip (1986) – *Understanding Archaeological Excavation*. London: Batsford.
- BARROCA, Mário; AREZES, Andreia e MORAIS, Rui (2018) – “A Basílica Paleocristã e o Edifício Palatino de Sta. Marta das Cortiças (Falperia): as escavações de F. Russell Cortez e de J. J. Rigaud de Sousa”. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola. 14: 129-148. Disponível em <https://bit.ly/3dx62Yq>.
- CABRAL, Frederico de Vasconcelos Pereira (1884) – “Résumé d’une étude sur quelques dépôts superficiels du bassin du Douro, présence de l’homme, vestiges d’action glaciaire”. In *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques, Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne 1880*. Lisbonne: Typographie de l’Académie Royale des Sciences, pp. 155-189.
- CARANDINI, Andrea (1981) – *Storie dalla terra. Manuale di scavo archeologico*. Roma: Einaudi.
- CARANDINI, Andrea (dir.) (1985) – *Settefinestre, una villa schiavistica nell’Etruria romana*. Modena: Edizioni Panini. 3 vols.
- CARDOSO, João Luís; RAPOSO, Luís; BICHO, Nuno e FABIÃO, Carlos (2013) – *Manuel Heleno, pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- COSTA, Francisco A. Pereira da (1865) – *Da existência do homem em epochs remotas no valle do Tejo, primeiro opusculo, noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- DELGADO, Joaquim F. Nery (1867) – *Da existência do homem no nosso solo em tempos mui remotas provada pelo estudo das cavernas. Primeiro Opusculo, Notícia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. Disponível em <https://bit.ly/3zZP9gl>.
- DELGADO, Joaquim F. Nery (1884) – “La Grotte de Furninha a Peniche”. In *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques, Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne 1880*. Lisbonne: Typographie de l’Académie Royale des Sciences, pp. 207-277.
- FABIÃO, Carlos (1989) – *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- FABIÃO, Carlos (2004) – “O Arqueólogo Francisco Tavares de Proença Júnior”. In *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, pp. 12-27.
- FABIÃO, Carlos (2011) – *Uma História da Arqueologia Portuguesa: das origens à descoberta da Arte do Côa*. Lisboa: CTT.
- GUERRA, Amílcar (1982) – “Escavar? Sim Obrigado! A resposta de Harris”. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 0: 8-10.
- GUERRA, Amílcar (1984) – “Alguns Aspectos de uma Escavação: método, técnica e registo”. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2: 8-10.
- GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos (1988) – “Escavações no Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil): resultados preliminares”. In MENAUT, G. Pereira (ed.). *Actas del Ier Congreso Peninsular de Historia Antigua. Santiago de Compostela (1986)*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela. Vol. I, pp. 307-328.
- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos e SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1989) – “O Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia: alguns resultados preliminares das campanhas 1(985) a 3(987)”. In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu, pp. 189-234.
- HARRIS, Edward (1989) – *Principles of archaeological stratigraphy*. 2.ª ed. London / San Diego / New York / Boston / Sydney / Tokyo / Toronto: Academic Press [1.ª ed. 1979]. Disponível em <https://bit.ly/3QQNkti>.
- HAWKES, Christopher F. C. (1971) – “North-Western Castros: excavation, archaeology, and history”. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional / Junta Nacional da Educação. Vol. I, pp. 283-286.
- HELENO, Manuel (1956) – “Um Quarto de Século de Investigação Arqueológica”. *O Arqueólogo Português*. 2.ª série. 3: 221-237. Disponível em <https://bit.ly/3JXjxrT>.
- HOBLEY, Brian (1985) – “Recent developments in British urban archaeology with special reference to the city of London 1973-83”. In *Arqueologia de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas, Zaragoza, 1983*. Zaragoza: Ministerio de Cultura / Diputación de Zaragoza / Institución “Fernando el Católico”, pp. 179-212.
- JORGE, Vítor Oliveira (1978) – “Escavação de um Túmulo Megalítico: problemas metodológicos”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. 4: 241-255. Disponível em <https://bit.ly/3QUb6ob>.
- LEMOIS, Francisco Sande (1985) – “A Conferência de 1877, na Citânia de Briteiros, Guimarães”. *Cadernos de Arqueologia*. Braga: Universidade do Minho. Série II. 2: 195-214.
- LEROI-GOURHAN, André (1950) – *Les fouilles préhistoriques (techniques et méthodes)*. Paris: A. et J. Picard.
- MALUQUER DE MOTES, Juan (1959) – “El tesoro tartésico de ‘El Carambolo’, Sevilla”. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*

- (Lisboa, 1958). Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. I, pp. 293-298.
- MARTINS, João C. Messias; SIMÕES, Maria Salette G.; MAGALHÃES, Elisa Carlota P.; COELHO, Maria Ergínia O. e FARINHA, António M. Dias (1959) – “Nota Descritiva da Citânia de Sanfins e do seu Espólio Arqueológico”. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. I, pp. 271-279.
- NUNES, João de Castro (1958) – “Novos Elementos para o Estudo da Arte Castreja em Portugal”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 68 (3-4): 323-335. Disponível em <https://bit.ly/3SY9jQE>.
- NUNES, João de Castro (1959) – “Fíbulas de Tipo *Nauheim* no Castro da Lomba do Canho, em Arganil”. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 69 (3-4): 397-416. Disponível em <https://bit.ly/3AqJ65Z>.
- NUNES, João de Castro (1974) – *Introdução ao Estudo da Cultura Megalítica no Curso Inferior do Alva*. Sá da Bandeira: Universidade de Luanda.
- NUNES, João de Castro (1985) – “Distrito de Coimbra, Arganil. Acampamento romano da Lomba do Canho, 1982”. *Informação Arqueológica*. Lisboa: IPPC. 5: 71.
- NUNES, João de Castro; FABIÃO, Carlos e GUERRA, Amílcar (1988) – *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil: Câmara Municipal de Arganil / Museu Regional de Arqueologia. Disponível em <https://bit.ly/3K3AXYI>.
- PAÇO, Afonso do (1959) – “Escavações e Problemas do Castro de Vila Nova de S. Pedro e da Citânia de Sanfins”. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. I, pp. 261-269.
- RIBEIRO, Carlos (1884) – “Époque Néolithique. Les *kjoekkenmoeddings* de la vallée du Tage”. In *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques, Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne 1880*. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, pp. 279-289.
- ROCHA, António dos Santos (1971) – *Memórias e Explorações Arqueológicas. Volume II, Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigenses [1.ª ed. 1908].
- SARMENTO, Francisco Morais (1883) – *Expedição Científica à Serra da Estrela em 1881 Secção de Arqueologia. Relatório*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SARMENTO, Francisco Morais (1933) – “Acêrca das escavações de Sabroso (estudo)”. In *Dispersos. Colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1890, sobre arqueologia, etnologia, mitologia, epigrafia e arte pre-histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 22-35 [1.ª ed. 1879].
- SAVORY, Hubert (1970) – “A section through the innermost rampart at the Chalcolitic Castro de Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959)”. In *Actas das I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. I, pp. 135-162.
- SENNA-MARTINEZ, João Carlos; GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos (1986) – “Cabeço do Crasto” de São Romão, Seia. *A campanha 1(1985). Catálogo da Exposição Temporária. FIAGRIS/86*. Lisboa / Seia: UNIARCH / Gabinete de História e Arqueologia de Seia. Disponível em <https://bit.ly/3pnZvIk>.
- SERRÃO, Eduardo Cunha e VICENTE, Eduardo Prescott (1959) – “Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas: métodos empregados”. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. I, pp. 317-335.
- SILVA, Carlos Tavares da e SOARES, Joaquina (1981) – *Pré-História da Área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SOUSA, José João Rigaud de (1968-1970) – “A Estação Arqueológica da Falperra. Notas para sua história”. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. Série 1. 25-27: 57-64.
- VEIGA, Sebastião P. M. Estácio da (1886) – *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve, Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 1.
- VIANA, Abel (1962) – *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*. Beja: Ed. de autor.
- VVAA (1985) – *Arqueologia de las Ciudades Modernas Superpuestas a las Antiguas, Zaragoza, 1983*. Zaragoza: Ministerio de Cultura / Diputación de Zaragoza / Institución “Fernando el Católico”.
- VVAA (2017) – *Memórias de um Passado Comum 1967-2017*. Porto: Seda Publicações.
- WEBSTER, Graham (1974) – *Practical Archaeology. An Introduction to Archaeological Field-Work and Excavation*. 2ª ed. London: Adam and Charles Black [1.ª ed. 1963].
- WHEELER, Mortimer (1954) – *Archaeology from the earth*. Oxford: Clarendon Press. Disponível em <https://bit.ly/3AsuGm0>.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2022-09-02]

PUBLICIDADE



Associação de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos
Organização Não-Governamental de Ambiente

[travessa Luís Teotónio Pereira, cova da piedade, almada]
[212 766 975 | 967 354 861]
[c.arqueo.alm@gmail.com]
[http://www.caa.org.pt]
[http://www.facebook.com]

**uma Associação em que
dá gosto participar!**

**CENTRO DE
ARQUEOLOGIA
DE ALMADA**

[1972-2022]

50 anos de intervenção social, a promover uma visão integrada da Arqueologia, do Património Cultural e Ambiental e da História local e regional, no exercício partilhado de uma cidadania cultural e cientificamente informada.

peça já a sua ficha de inscrição